

RSD

REVISTA DA
SOCIEDADE
DIGITAL



inclusão digital: uma revolução tão poderosa quanto a dos livros impressos

ISSN 1676 - 3645



9 771676 364000



01

DEZEMBRO DE 2001 - ANO I, NÚMERO 1

DIREÇÃO
Catherine Henry

EDIÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE
Kenia Ribeiro [DRT/DF/2826/13/42]

REPORTAGEM
Marcos da Silva Graça

FOTOGRAFIA
Almir Bondilatti, Bárbara Santos, Lhitts Maciel, Paulo Mocofaya e Ricardo Teles

INFOGRAFIA DIGITAL
Ricardo Wagner

DIAGRAMAÇÃO E PAGINAÇÃO ELETRÔNICA
Montalverne Rivier

REVISÃO
Wagner de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL
Ana Prudente, Catherine Henry, Carlos Afonso, Rodrigo Baggio, Cid Torquato, Tadao Takahashi, Solon Lemos Pinto, Murillo de Aragão, Luis Nassif, Sandra Chemin, Leonardo Humberto Bucher, Robinson Luz e Luciana Garcia.

COLABORAÇÃO
Artemio Reinaldo de Souza
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Cid Torquato
CÂMARA BRASILEIRA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

Pascal Souhard
GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO DA FRANÇA

Rita Conceição
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA

Rodrigo Ortiz Assumpção
SAMPA.ORG

Suely Temporal
PREFEITURA DE CAMAÇARI, BAHIA

AUTOR CORPORATIVO
Agência Eletrônica
Comunicação & Marketing Ltda
HIGS 707 Bloco R Casa 04
Brasília DF Cep 70354-718
Telefax (55-61) 244-0826

EDITORA
Chantal Editora Ltda
Rua Vieira de Moraes, 1150
São Paulo SP Cep 04617-003
Telefone (55-11) 5666-1113
Fax (55-11) 5666-4190

IMPRESSÃO
Gráfica Ipiranga, Brasília DF

DIVULGAÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR
Ana Prudente
ana_prudente@uol.com.br

NEGÓCIOS & PUBLICIDADE
Catherine Henry
catherine.henry@agenciaeletronica.net

RSD Revista da Sociedade Digital [ISSN 1676-3645] é uma publicação bimestral da Agência Eletrônica Comunicação & Marketing com tiragem de 10 mil exemplares de distribuição gratuita e dirigida. Marca registrada no Inpi, Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

RSD

REVISTA DA
SOCIEDADE
DIGITAL

Caros leitores,

O Brasil passa por um momento grave e crucial de sua história. Se, por um lado, já somos um país moderno, por outro, grande parte de nossa população vive à margem dessa modernidade. As causas? Todos nós as conhecemos. Administrar um país com essas dimensões e diversidade cultural é complexo. Demanda, como condição sine qua non, uma rede de informações que abranja todo o território nacional, uma rede democrática, aberta à inclusão de todos os segmentos da sociedade, cidadãos, governos e empresas.

Para construir essa rede que realizará a chamada Sociedade da Informação, nossos governos, em seus três níveis, nossas ongs e as empresas de tecnologia da informação estão mobilizadas e trabalhando. O desafio é grande, principalmente quando sabemos que apenas seis por cento de nossa população acessa a internet.

Sem esforços poderosos na questão da inclusão digital, todos os projetos de administração pública eletrônica perdem sua razão de ser. Diante dos investimentos vultosos que são necessários para sua implantação, os governos eletrônicos precisam de fortes justificativas sociais. Os objetivos desses projetos são claros: trata-se de melhorar a gestão do Estado e o atendimento ao cidadão. Para tanto, é preciso que o cidadão tenha acesso às informações e serviços disponíveis na rede. Governo eletrônico pressupõe cidadania eletrônica.

O primeiro número desta publicação tem como assunto principal a Inclusão Digital. Ao longo de nossas próximas edições, trataremos os temas centrais da Sociedade da Informação, enfocaremos os principais projetos realizados pelos governos, pelas organizações não-governamentais e conheceremos as soluções e ferramentas que o mercado oferece.

Convidamos você a participar da construção dessa nova era, analisando, comparando, criticando e colaborando com o trabalho que tanto os governos quanto a sociedade civil estão realizando.

Boa leitura,

Ana Prudente e Catherine Henry



UNIVERSALIZAÇÃO OU MORTE
FUST FINANCIA PROGRAMA TELECOMUNIDADE
página 04

SOMOS TELECENTROS
ENCONTRO LATINO-AMERICANO NO EQUADOR
página 08

A INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL
UMA REVOLUÇÃO TÃO PODEROSA QUANTO A DOS LIVROS IMPRESSOS
página 10

SAMPA.ORG
ENCONTRE ESSA MOÇADA
página 16

MENINOS DO CDI
316 ESCOLAS NO PAÍS E 30 NO EXTERIOR
página 18

MORADIA E CIDADANIA
EDUCAÇÃO DIGITAL
página 19

BAHIA DE TODOS OS BITS
A PREFEITURA DE CAMAÇARI
página 20

INFO-INCLUSÃO NO PELOURINHO
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA
página 24

REDE BRASIL GOV
TRANSMISSÃO DE DADOS POR ATACADO NO GOVERNO FEDERAL
página 25

GOVERNO GAÚCHO APOSTA NO SOFTWARE LIVRE
ENTREVISTA COM MARCELO BRANCO, VICE-PRESIDENTE DA PROCERGS
página 26

O PC POPULAR
PIONEIRISMO INTERNACIONAL
página 30

WINDOWS X LINUX
UMA QUESTÃO QUE SÓ O TEMPO VAI DEFINIR
página 32

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
UM NOVO MODELO DE GESTÃO MUNICIPAL
página 34

CÂMARA-E.NET
A INCLUSÃO EMPRESARIAL NA ECONOMIA DIGITAL
página 37

NAÇÃO.BR
SOLUÇÕES PARA O GOVERNO ELETRÔNICO
página 38

FRANÇA DIGITAL
1/4 DOS FRANCESES NA REDE
página 40

OTIMISMO MA NON TROPPO
AS NOVAS TECNOLOGIAS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
página 42

Universalização ou morte!

Milhões de novas linhas telefônicas e celulares, transmissão por fibra ótica, satélites sofisticados de comunicação, acesso à internet para o grande público, transmissões de informações em alta velocidade. Esses e outros avanços tecnológicos estão invadindo o Brasil desde a privatização do Sistema Telebrás.

Entretanto, ainda nos debatemos contra as desigualdades de sempre: sociais, econômicas e regionais. As regiões mais distantes ou menos desenvolvidas do país, bem como as camadas mais socialmente carentes de toda a população brasileira, continuam excluídas desse universo de comunicações tecnológicas e do mundo da rede web. Para enfrentar a complexidade de desafios que tudo isso implica, o governo federal criou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), pela lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Segundo previsão do Ministério das Comunicações, serão recolhidos R\$ 1,6 bilhão este ano, que serão aplicados em sete áreas. Em educação e saúde, prioritariamente, mas também em bibliotecas, programas de universalização para portadores de deficiências, além das áreas de telecomunicações, áreas remotas e de segurança nacional.

Coordenador do grupo de trabalho Universalização de Acesso do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, Nunes destaca que o Fust, administrado pela Anatel, terá um destacado papel na economia do país. “Durante dez anos, a prestadora de serviços de telecomunicações que se beneficiar dos serviços implantados com os recursos do Fust deverá recolher ao Fundo toda a receita que ultrapassar a que foi estimada em sua implantação”. A longo prazo, o objetivo é que a

operadora assuma integralmente o custo dessa implantação”. Ao Ministério cabe formular políticas, diretrizes gerais e prioridades que orientarão as aplicações do Fust, bem como definir os programas, projetos e atividades financiados com

recursos do Fundo. “Estamos realizando consultas públicas de projetos e atividades beneficiadas pelo Fust. Isso tem nos ajudado a elaborar editais e aprimorar projetos de universalização de acesso e de inclusão digital da população”.

O Fust é o maior plano de universalização de acesso e Inclusão Digital do mundo

“O Fust é composto pela contribuição de 1% do faturamento das operadoras de telecomunicações públicas e privadas no país, mais recursos da privatização deste sistema e dotações orçamentárias do próprio governo”, explica Arthur Nunes.



Arthur Nunes

Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações

290 mil computadores em 13 mil escolas do país

A Anatel deverá lançar ainda em 2001 o primeiro edital de licitação do Fust, envolvendo a área de educação, que terá por objeto a instalação de redes de telecomunicações e 290 mil terminais de computadores em 13 mil escolas de ensino médio e profissionalizante do país. “O universo de alunos atendidos chegará a mais de sete milhões de beneficiados”, informa o secretário Arthur Nunes. O contrato terá duração de cinco anos e incluirá a manutenção dos equipamentos e redes. Também prevê que 60% das escolas com mais de 600 alunos (2,5 mil instituições e quase 28 milhões de estudantes) já terão sido atendidas no primeiro semestre.

O acesso será feito por um computador popular desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Ministério das Comunicações. Os equipamentos serão de propriedade de cada escola. “Trabalhamos com o Ministério da Educação neste programa, além de termos parcerias com outros ministérios para a execução de projetos em cada área que vamos atender. Trata-se de um esforço conjunto para desenvolver as telecomunicações no país e acelerar o processo de inclusão digital do cidadão brasileiro.”

Segundo Nunes, o valor de arrecadação, de janeiro a setembro, atingiu 244 milhões de reais, que, somados aos recursos provenientes de outorgas, chegam a 944 milhões, com os quais serão colocados em execução quatro editais que serão lançados ainda este ano: além do da educação, deverão sair outros para as áreas

de saúde, bibliotecas virtuais e para portadores de deficiência física. O Programa Saúde busca permitir o acesso eletrônico a informações de atendimento do cidadão junto às centrais de regulação e informação em saúde e de transplantes de órgãos, e, de resto, a todas as instituições de saúde vinculadas ao SUS. “Essa interligação dinamizará o papel das centrais e fortalecerá os projetos Saúde em Família e Cartão Nacional de Saúde”.

No programa de Bibliotecas Virtuais, o Fust pretende interligar bibliotecas federais, estaduais, municipais, as localizadas em centros de difusão cultural e científica e em organizações do terceiro setor. Será possível consultar todas as bibliotecas do país sem sair de casa ou da escola.

Outro programa atenderá a portadores de deficiência física, pela implantação de equipamentos especiais de acesso aos serviços de telecomunicações. Arthur Nunes informa que o Ministério das Comunicações está investindo no desenvolvimento desses equipamentos, levando-se em conta que “cada tipo de deficiência exige uma máquina com interface diferente e adaptada”.

Quanto aos programas de telefonia rural, segurança e tecnologia das comunicações, esses deverão ficar para o próximo ano, pois ainda que já tenham previsão orçamentária, os cortes impostos pelo FMI e o arrocho econômico fizeram com que essas três áreas não pudessem ser atendidas de imediato.

UNIVERSALIZAÇÃO NO ATENDIMENTO

- a localidades com menos de 100 habitantes;
- de fronteira, de importância estratégica e de áreas remotas;

COMPLEMENTAÇÃO DE METAS

- estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento a comunidades com baixo poder aquisitivo;

IMPLANTAÇÃO ESTRATÉGICA

- de acessos individuais para prestação de serviço telefônico, em condições favoráveis, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;
- de acesso à internet, em condições favoráveis, em instituições de saúde;
- de acesso à internet, em condições favoráveis, a instituições de ensino e bibliotecas, com equipamentos terminais para operação pelos usuários;
- de acessos individuais em órgãos de segurança;
- de serviços de telecomunicações em unidades de serviço público, civis ou militares, situadas em pontos estratégicos do território brasileiro;
- de telefonia rural;

REDUÇÃO DOS CUSTOS

- de serviços de telecomunicações e acesso à internet pelos estabelecimentos de ensino e bibliotecas, priorizando beneficiar as instituições freqüentadas por segmentos mais socialmente carentes da população;

INSTALAÇÃO DE REDES DE ALTA VELOCIDADE

- para transmissão de dados, permitindo inclusive teleconferências entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

FORNECIMENTO DE ACESSO E INTERFACE

- para instituições de assistência a deficientes físicos;
- para deficientes carentes;

APLICAÇÃO DE RECURSOS

- de no mínimo 30% dos recursos em áreas geográficas abrangidas pela Sudam e pela Sudene, e um mínimo anual de 18% em educação. O atendimento a deficientes será prioritário.

Comentário de Carlos Afonso
Diretor da Rits



Arquivo AE

Por um Comitê Gestor representativo

Para Carlos Afonso, diretor da ong Rits, Rede de Informação do Terceiro Setor, a proposta do Fust tem um caráter positivo, por ser bastante concreta e com a perspectiva de produzir um grande impacto no processo de inclusão digital da população brasileira. “As pessoas não precisam necessariamente estar usando um computador para se beneficiar dos novos recursos da sociedade da informação que começamos a instalar no Brasil. A colocação em rede de unidades de saúde, estabelecimentos de ensino e bibliotecas é um avanço considerável, pois ligará indiretamente o indivíduo a esse universo”. Afonso, que também é membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, pondera que apenas isso não conseguirá promover plenamente o processo de inclusão digital, transformando as pessoas em cidadãos atuantes. “O acesso às ferramentas de comunicação em rede é o primeiro passo, mas a própria dinâmica da comunidade que fará uso delas é que potencializará ou não todo esse processo”.

Será fundamental ainda, na opinião de Carlos Afonso, “que haja espaço para que propostas inovadoras e criativas venham a ser apoiadas, levando o processo de inclusão além do simples acesso e da conexão em rede”. Afonso ressalva contudo que o Fust foi concebido e regulado de cima para baixo, de forma centralizada, com consultas públicas pouco divulgadas e não levadas em conta no momento decisivo. “Defendemos que o Fust deveria ter um comitê gestor no qual estariam representados vários segmentos da sociedade, democratizando o processo de inclusão, a fim de que as verdadeiras necessidades dos vários segmentos sociais sejam atendidas. Desta forma, dar-se-ia voz ao agente mais importante do processo: o cidadão”.



Se a missão é crítica, a solução é Caché.

CACHÉ. TÃO CONFIÁVEL QUE É O BANCO DE DADOS LÍDER NA ÁREA DE SAÚDE.

Hospitais de todo o mundo estão rodando suas aplicações de missão crítica em Caché mais que em qualquer outro sistema de banco de dados. Aplicações que, de fato, são de vida ou morte. E se elas merecem a confiança de milhares de instituições de saúde, imagine tudo o que podem fazer por empresas das áreas financeira, de telecomunicações, tecnologia e até por órgãos governamentais.

Tudo isso, porque Caché é muito mais que um banco de dados. Além de solução de gerenciamento, ele ainda é uma poderosa ferramenta de desenvolvimento de aplicações Web que exigem alta performance e escalabilidade maciça.

Com Caché, os dados de sua empresa são acessados de uma forma multidimensional, independentemente de serem relacionais (SQL) ou orientados a objeto, o que garante uma performance surpreendente.

Sem falar do custo total de propriedade, que é consideravelmente reduzido, pois Caché demanda muito menos recurso de hardware que qualquer outro banco de dados.

Por isso que a InterSystems é líder mundial em banco de dados de alta performance há 23 anos, com mais de 4 milhões de usuários, como a Petrobras BR, lbope.com, Hospital Albert Einstein, Deutsche Bank*, Ameritrade*, Pepsi-Cola* e Shell*, entre outros.

Você pode confiar no potencial do Caché.
Acesse www.intersystems.com.br para fazer o download ou solicitar um CD gratuito monousuário ou ligue 0800 888 22 00 para participar de nossos seminários.

InterSystems
CACHÉ
Make Applications Faster

“A Exclusão Digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material”. Gilson Schwartz, jornalista.

A relação crescentemente desigual entre os países e economias, com todos os efeitos excludentes que percebemos, só pode ser enfrentada com uma agenda positiva de processos organizativos e ações articuladas local e globalmente, alterando relações de força e poder. As TICs são os principais instrumentos de aceleração da vida globalizada e frenética na qual estamos imersos, são também uma das grandes esperanças de liberar energias e processos criativos, de criar e compartilhar conhecimentos, de enfrentar as carências educacionais e informacionais que amarguram nosso país.

Com essas preocupações e esperanças, articuladores de telecentros comunitários se reuniram no I Encontro Regional de Telecentros da América Latina e Caribe, realizado entre os dias 30 de julho e 2 de agosto deste ano, na bela cidade andina de Quito, Equador. O Encontro contou com a participação de representantes de telecentros do Equador, México, Chile, Guatemala, Cuba, Peru, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, República Dominicana e Brasil.

O objetivo do encontro foi o desenvolvimento de oficinas e planos de trabalho que consolidem a rede Somos@telecentros em uma comunidade de aprendizado, com intercâmbio de experiências e vivências dos telecentros latino-americanos e caribenhos. O Encontro teve início com uma apresentação do projeto Telelac, embrião da rede que nasceu por iniciativa de um gru-

po de pessoas que buscavam uma forma de conectar o desenvolvimento social com o desenvolvimento vertiginoso das TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação. Das inquietudes e utopias desse grupo nasceu o projeto, cujo maior objetivo é promover a democratização tecnológica para a melhoria da qualidade de vida dos segmentos sócio-culturais menos favorecidos. Pouco a pouco foram se agregando à rede aproximadamente 300 telecentros, que se comunicam por correio eletrônico, criando um foro de discussão virtual, constituindo uma rede de telecentros na região, investigando e divulgando o impacto social dessa rede [www.tele-centros.org]. Foram os representantes desses telecentros comunitários articulados que compareceram à reunião de Quito.

O Encontro promoveu a discussão de pontos comuns e a luta por compartilhar experiências e recursos, estender os campos de atividades e negociar alianças entre os telecentros, apoiar processos coletivos de evolução e aprendizagem, consolidar modelos de negócios para telecentros, colaborar na produção de ferramentas e recursos de informação apropriados, desenvolver material de capacitação para monitores e usuários, impulsionar um papel mais relevante dos telecentros no campo político e na tomada de decisões locais, nacionais e internacionais – e, enfim, gerar informação que sirva de base para a consolidação da

continuidade e do fortalecimento da rede. Um dos aspectos mais críticos observados no panorama geral dos telecentros foi o da sua sustentabilidade. Este tema foi debatido sob quatro aspectos: sustentabilidade financeira, tecnológica, política e social. A discussão buscou dissecar o tema sem contudo deixar de manter a primeira grande aliança



Divulgação

I Encuentro Regional de Telecentros de América Latina y el Caribe, Quito, Equador

Somos @ telecentros



dos telecentros - que é com a comunidade. A sustentabilidade financeira foi um dos assuntos mais discutidos nas oficinas. Uma das conclusões é que esse fator deve compatibilizar-se com a sustentabilidade social, política e tecnológica.

Discutiu-se também a premente necessidade de se criar uma metodologia de trabalho colaborativo, assegurando a estabilidade econômica dos telecentros, ao mesmo tempo em que se intensifique sua capacitação virtual. Quanto à sua sustentabilidade tecnológica, destacou-se a necessidade de softwares livres adaptados às necessidades dos telecentros, suporte técnico adequado, acesso e conectividade. Já a sustentabilidade social foi considerada uma ferramenta estratégica para incrementar a dinâmica de cada telecentro, com base na sua relação com as organizações comunitárias ou Ongs, o contexto sócio-econômico e cultural próprio, o reconhecimento dos trabalhos comunitários e o estímulo à produção local de conteúdos e conhecimento. Sobre a sustentabilidade política, por sua vez, concluiu-se que os governos devem ver o acesso às novas tecnologias como mais um dos direitos humanos, viabilizando políticas públicas em níveis internacional, nacional e regional.

O Encontro findou com a elaboração de um plano de ação que planeja a estruturação de entidades de telecentros comunitários em cada um dos países participantes, o fortalecimento dos processos de capacitação e troca de experiências, a consolidação do repositório virtual de recursos tecnológicos e de documentos destinados à atuação dos telecentros da região.

E o Brasil com isso? Em plena discussão nacional das ações de inclusão digital financiadas pelo Fust, dos projetos articulados por vários órgãos governamentais e por entidades da sociedade civil, a realidade crescente dos telecentros comunitários vem adquirindo uma importância capital para o cidadão comum.

As várias iniciativas nacionais começam a se articular para troca de experiências e de recursos, e também para ampliar a capacidade de interlocução nacional e internacional dos telecentros. Uma delas aconteceu em São Paulo, nos dias 26 e 27 de junho, com o I Encontro Nacional de Telecentros, uma como que reunião preparatória para o Encontro de Quito. Os telecentros reunidos em São Paulo continuam a organizar encontros e repositórios virtuais de ferramentas e documentos para ajudarem-se mutuamente, agora ainda mais motivados pelos bons resultados colhidos no Equador. Cabe a toda sociedade brasileira enfrentar essa

questão estratégica, afinal participar da sociedade do conhecimento só será possível se conseguirmos superar as barreiras de acesso às tecnologias, equipamentos e linguagens das TICs.

E não falamos do mero acesso físico, já que o fundamental é descobrirmos como utilizar e fomentar, coletivamente e de formas múltiplas, a capacidade de uso e produção de conhecimento por meio das TICs. A ampliação radical de projetos de telecentros comunitários e o entendimento da sociedade de que o acesso às TICs é um direito cidadão básico, a ser resguardado e promovido pelo Estado, parece ser uma das condições importantes para podermos pensar, criar e organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material.



Comitê Assessor do Telelac:

Scott Robinson, Michel Menou,
Karin Delgadillo, María de la Paz
Contreras e Steve Cisler



Uma revolução tão poderosa quanto a dos livros impressos

No século XV Johann Gutenberg inventou a impressora, e desde então a leitura de livros deixou de ser privilégio das elites para estar ao alcance dos que aprendem a ler. No século XX, o homem criou os computadores e, em poucos anos, a rede mundial que os conecta. A princípio, a rede interligava cientistas e pesquisadores; nos anos 90, a internet torna-se acessível a todos que têm acesso à telefonia e ao computador. É o início da Revolução Digital.

Em 1995 havia cinco milhões de usuários da internet, em todo o mundo. Atualmente seríamos aproximadamente 500 milhões. As estimativas são de que esse número quintuple nos próximos cinco anos. Segundo o último relatório divulgado pela Nielsen//Netratings,

Por Catherine Henry, diretora da Agência Eletrônica
Fotografias de Ricardo Teles, cedidas pela Microsoft

O melhor exemplo de iniciativa contra a exclusão digital no Brasil é o do CDI, Comitê de Democratização da Informática. Suas iniciativas são a prova de que é possível mudar a situação de milhões de excluídos pelo uso das novas tecnologias da informação. Em 1995, o diretor-executivo Rodrigo Baggio instalou o primeiro curso de informática na favela Dona Marta, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Seis anos depois, o CDI se faz presente em 17 estados brasileiros, contribuindo para a formação de mais de 50 mil jovens. O trabalho do CDI é reconhecido mundialmente, com atuação inclusive em quatro países: Japão, Colômbia, Uruguai e México. Mas iniciativas como essa esbarram em obstáculos de toda sorte até que se desenvolvam totalmente. Obstáculos de infra-estrutura tecnológica, de capacitação humana e de políticas públicas.

Em setembro de 2000, o CNPq e o PNUD atualizaram o levantamento do número de pontos de presença no país. Somando os pontos das duas principais espinhas dorsais, RNP e Embratel, o estudo encontrou 164 pontos de presença (164 municípios que dispõem de acesso local); os 5.400 municípios brasileiros restantes, quando têm acesso à telefonia, acessam a rede por linhas telefônicas interurbanas. O mesmo estudo, um ano antes, indicava que 148 municípios contavam com acesso local. “Esses números de pontos de presença nos municípios vão mudar rapidamente com a propagação da infra-estrutura por causa dos contratos de concessão, mesmo que a Anatel relaxe um pouco as metas de acesso universal desses contratos”, comenta Carlos Afonso, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e diretor da Rede de Informações para o Terceiro Setor.

os Estados Unidos e o Canadá representam a maior fatia de acesso à web, com 40% do mercado mundial. A Europa, Oriente Médio e África permanecem em segundo lugar, com 27% da população de internautas, seguidos da região do Pacífico asiático, com 22%, e da América Latina, com 4%.

No Brasil, somos cerca de dez milhões de internautas, 96% nas classes A e B, menos de 6% da população. Ainda é pouco, mas conforme levantamento do Giga Information Group, somos o segundo país do mundo em crescimento da web. É consenso em todos os setores de nossa sociedade de que devemos trabalhar para oferecer a toda a população igualdade de oportunidades

de acesso a essa revolução. A rede não é somente um espaço ilimitado para consulta de informações, mas uma poderosa ferramenta de comunicação. Nós usuários conhecemos o alcance de nosso software de correio eletrônico; conversamos com quem quer que esteja conectado do outro lado do mundo, do mesmo modo como conversamos com nosso vizinho de porta.

Trocamos informações, mobilizamos opiniões, incentivamos ações. Um simples clique no mouse nos possibilita interagir com o mundo. No Brasil, apesar e através das nossas mazelas sociais, a internet nos oferece alguma esperança.

Em 1999, havia 27,8 milhões de linhas telefônicas fixas no país. A privatização das telecomunicações vai permitir a expansão da rede telefônica para 49,6 milhões de linhas em 2003: 28,5% da população com acesso à telefonia. A telefonia celular também vem passando por notável expansão e oferece outra possibilidade de acesso à internet. Com a implantação de uma terceira geração tecnológica de equipamentos, seu uso será muito mais flexível e efetivo, embora sua difusão deva ser limitada pelo alto preço do serviço. A falta de acesso telefônico deixa de ser portanto o principal fator limitante para a difusão da internet no Brasil. Muito mais importante é o fator preço do serviço. Fora das principais cidades brasileiras, a escassez de provedores força os usuários a pagarem tarifas interurbanas bastante caras.

Para a população brasileira em geral, cuja renda mensal é muito baixa, o custo do serviço de telefonia é um elemento crítico que limita o acesso à internet. Esse fator de exclusão digital tem de ser equacionado com prioridade. Alguns esforços estão sendo empreendidos pelo governo. A Anatel, por exemplo (Agência Nacional de Telecomunicações), está tentando pôr em prática uma tarifa única para a internet; independentemente do local do país e do horário em que o internauta se conecte, a taxa será a mesma. Atualmente, o pulso único só é oferecido depois da meia-noite e nos fins de semana. Batizado com a sigla Oi00, o projeto está em debate há dois anos, mas só agora será colocado em consulta pública. Em breve no site www.anatel.gov.br.

Tarifa única para a internet

Acesso comunitário é a melhor opção para a Inclusão Digital

Não há dúvidas de que a pouca difusão dos dispositivos de acesso constitui outro importante fator de restrição à universalização dos serviços. O PC, mesmo o chamado PC popular, não é uma solução acessível a todos os cidadãos. Outros dispositivos como o telefone móvel celular, aparelhos de televisão ou consoles de jogos ainda são promessas.

É imprescindível pensar em esquemas de uso compartilhado dos dispositivos de acesso, instalados em escolas, bibliotecas, centros comunitários, cibercafés para a população de mais baixa renda. “O modelo de acesso à internet no Brasil deve ser comunitário, e não individual, para que não se aprofundem as diferenças sociais já existentes no país”, diz o ministro Pedro Parente, que acumula os cargos de presidente do Comitê Executivo do Governo Eletrônico e da Câmara de Gestão de Energia.

Além do Programa Telecomunidade do Ministério das Comunicações, financiado pelo Fust (veja na página 4), está em curso nos Correios a implantação de outra iniciativa do governo federal para o acesso de um maior número de brasileiros à rede. Até o final de 2002, a empresa pretende disponibilizar mais de quatro mil quiosques em suas agências para o acesso público à internet. Cada cidadão poderá ter gratuitamente seu endereço eletrônico com serviço de agenda e calendário.

O acesso também será gratuito para a visita a sites de serviços públicos por meio do Portal Rede Governo [www.redegoverno.gov.br] e outros sites conveniados com os Correios. Através dos terminais de acesso, o usuário também poderá comprar mercadorias com segurança. O acesso livre a sites de interesse do usuário será tarifado e o pagamento do serviço será feito através de cartão “smart card”.

Outra iniciativa interessante de acesso comunitário a informações governamentais são os PEPs (Pontos Eletrônicos de Presença). Noventa e cinco PEPs estão sendo instalados em representações federais, em todo

o país, e os Ministérios do Planejamento e da Previdência negociam parceria para elevar esse número para mil equipamentos até o final de dezembro próximo. Os PEPs disponibilizam - através do Portal Rede Governo - um pacote de serviços nas áreas de educação, saúde, previdência, trabalho, segurança e direitos humanos.

A idéia é que não seja permitida a navegação livre na internet. Com acesso gratuito, esses equipamentos vão evitar filas nas repartições e facilitar a vida de todos ao possibilitar que muitas demandas sejam atendidas com rápida eficiência nas telas dos equipamentos.

Especialidade do terceiro setor digital, os telecentros são experiências de acesso comunitário que estão dando certo. Quando aliados ao ensino da informática, transformam o panorama brasileiro de exclusão digital em promissoras perspectivas de entrada no mercado de trabalho, além de possibilitar que seus frequentadores exercitem sua cidadania e adquiram consciência social.

As iniciativas de inclusão digital, tanto governamentais quanto do terceiro setor, indicam que estamos no caminho certo para reverter problemas sociais endêmicos e nos desenvolvermos de forma justa e democrática, com uma governança mais representativa, mais interativa e mais eficiente. Assistimos hoje a uma irreversível mobilização nacional em favor da universalização do acesso à internet.

Não existe governo democrático sem a participação do cidadão. A cidadania é uma prática, algo que se adquire em defesa dos próprios direitos; os diversos projetos comunitários implantados pelo terceiro setor vêm provando que a população, quando tem acesso a redes públicas e treinamento para utilizá-las, faz pleno uso das novas ferramentas tecnológicas para o exercício de sua cidadania. Esse exercício, se ampliado e fortalecido, pode transformar este país. Estamos no início da Sociedade da Informação no Brasil. Vale a pena apostar nela.



Oficina para a Inclusão Digital, Brasília.

Respondendo à demanda de organizações da sociedade civil de participar dos debates sobre inclusão digital, o governo federal chamou o terceiro setor a colaborar na elaboração de diretrizes para a formulação de políticas públicas nessa área. O Comitê Executivo do Governo Eletrônico organizou em maio, em Brasília, a Oficina para a Inclusão Digital, evento que reuniu os segmentos da sociedade comprometidos com o tema. A Oficina tratou, em três dias de palestras e discussões em grupos, dos principais assuntos pertinentes à inclusão dos desfavorecidos na rede mundial de computadores. O documento está disponível para consulta no site do Governo Eletrônico [www.governoeletronico.gov.br] e no Inclusão Digital [www.inclusaodigital.org.br].

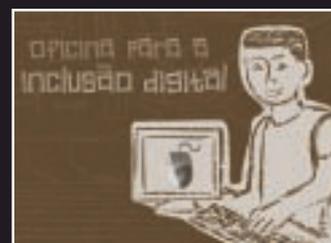
Ana Prudente, uma das organizadoras do evento, diz que “as conclusões da Oficina trouxeram mais profundidade a questões levantadas no Livro Verde da Sociedade da Informação [www.socinfo.org.br] e a razão disso foi ter havido uma maior variedade de opiniões e de experiências para sua elaboração”. Voluntária em ações sociais há quatro anos e usando a internet para este fim, ela ressalta que o terceiro setor já está trabalhando pela inclusão digital, mas que precisa do necessário apoio do governo federal. “Graças a essa abertura do Governo Eletrônico, vamos juntos encontrar um caminho para essa questão, de forma estruturada. É unir o terceiro setor à força do governo para chegarmos ao cidadão”.

Para Cláudio Miccieli, diretor do Programa Governo Eletrônico, o governo está dando prosseguimento aos assuntos levantados durante a Oficina para a Inclusão Digital, até porque “o processo de info-inclusão é prioritário para nós, já que será por esse processo que estaremos garantindo acesso a todos os cidadãos a serviços e informações governamentais; o acesso à informação e ao conhecimento é um dos pilares do desenvolvimento local sustentável, do efetivo controle social e do combate à corrupção”.

Não é senão por isso que a Secretaria Executiva do Programa Governo Eletrônico e a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária estão articulando uma parceria para a implantação de ações de info-inclusão em municípios participantes do Programa Comunidade Ativa. Esse programa do governo federal busca, através da mobilização e da participação da sociedade local, estimular o desenvolvimento local integrado e sustentável em localidades com baixos indicadores sociais.

A Oficina para a Inclusão Digital foi patrocinada por empresas de responsabilidade social: Caixa Econômica Federal, Siemens, Correios, TBA, Bol, EDS, Fabrika, Cisco Systems, Sebrae, Echanel, Telemar, Microsoft, Brasil Telecom, Booz Allen & Hamilton, KPMG Consulting, Telefônica, Gazeta Mercantil e ComDominio.

O tema da Oficina para a Inclusão Digital foi graficamente representado pela xilogravura, ilustração inspirada do universo da literatura de cordel



Arquivo AE

ACESSE OS SERVIÇOS UM DESTES

Conectividade Social, GovConta CAIXA e Cartão do Cidadão.

**Muito mais rapidez, facilidade e segurança nas suas operações,
da sua empresa e do seu estado.**

A CAIXA se preocupa em atender, da melhor maneira, as necessidades do cidadão, das empresas e dos gestores públicos. É assim com programas como o Conectividade Social, a GovConta CAIXA e o Cartão do Cidadão. Conheça cada um deles.

CONECTIVIDADE SOCIAL

**Braço direito de mais de 1,8 milhão
de empresas**



- Conectividade Social é uma revolução nas relações entre a CAIXA e as empresas. O empregador poderá transmitir dados para a CAIXA com muito mais facilidade, rapidez e total segurança. Isso sem falar na qualidade da informação e na comodidade de estar conectado diretamente com a CAIXA. A empresa economiza tempo e dinheiro. O trabalhador ganha com a qualidade do atendimento e a CAIXA, mais uma vez, garante o melhor serviço para todos. Para tanto, basta o empregador acessar o site da CAIXA , onde obterá as informações necessárias.

0800-550101

Informações sobre PIS,
Loterias, Seguro Desemprego,
FGTS, SFH, FIES, INSS, CPF,
GFIP e SEFIP.

0800-550505

SalDOS, extratos,
e cheques.

0800-559873

Reclamações,
sugestões e elogios.

OS DA CAIXA POR ATALHOS

GOVCONTA CAIXA

ESTADOS • MUNICÍPIOS

GOVCONTA CAIXA Ferramenta de governo

A GovConta CAIXA permite o gerenciamento dos recursos financeiros federais, estaduais e municipais. Com ela é possível visualizar resultados e organizar as diversas contas da administração pública

em um único extrato, elevando ainda mais o grau de controle dos recursos públicos. O acesso à GovConta CAIXA pode ser realizado no site da CAIXA pela Internet, na seção "Para Sua Cidade", onde você vai obter todos os detalhes sobre a sua utilização. Para mais informações sobre a GovConta CAIXA ligue 0800-561041.

CARTÃO DO CIDADÃO Facilidade para o cidadão

Permite o acesso rápido das informações de benefícios sociais, tais como: saldo e extrato do FGTS e saldo do PIS. E, também receber o Abono Salarial e o Rendimento do PIS, em qualquer Lotérica. No site da CAIXA, o cidadão pode atualizar seu endereço e consultar informações sobre benefícios sociais.

Cartão do Cidadão. É a tecnologia da CAIXA a serviço do cidadão.



www.caixa.gov.br

CAIXA
Aqui o Brasil acontece

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil



Rodrigo Ortiz Assumpção
Coordenador do Sampa.org

Foto de Ricardo Teles
cedida pela Microsoft, pg. 17

O Sampa.org é uma rede de telecentros comunitários liderada pelo Instituto Florestan Fernandes e que funciona em uma das mais violentas periferias de São Paulo. A iniciativa é um sucesso.

Há no mundo em geral, e em particular na América Latina, um vigoroso movimento de telecentros comunitários [www.tele-centros.org] que vêm sendo mais e mais reconhecidos como um dos mais importantes fatores para a inclusão digital, tanto pela capacidade de articular o desenvolvimento econômico das comunidades, como pela agilização do acesso aos serviços públicos, pelas possibilidades de capacitação profissional e pela utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) para gerar e processar conhecimento no exercício efetivo e amplo da cidadania.

Esse é o exercício que realizamos há mais de um ano em Capão Redondo, uma região de intensa exclusão social, na zona sul de São Paulo. Lá o Projeto sampa.org [www.sampa.org] instalou dez telecentros, em parceria com entidades da comunidade, cada um deles com dez computadores, todos conectados à internet. Hoje, cerca de dez mil pessoas a cada mês frequentam e utilizam os serviços desses telecentros. A iniciativa é liderada pelo Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, que articula vários atores sociais para a estruturação de uma Rede Pública de Comunicação e Informação.

Para nós esse é o esforço necessário: garantir o acesso universal aos equipamentos e linguagens das TICs, no intuito de impedir que a estratificação social baseada na capacidade de lidar com o conhecimento tome uma forma perversa, reproduzindo todas as desigualdades sócio-econômicas, políticas e de acesso à informação e à cultura já existentes. Além de universalizar o acesso aos recursos tecnológicos e de capacitar pessoas para o uso de computadores e da internet, estamos falando da construção de um ambiente de comunicação e informação aberto, generoso, funcional e solidário, que contribui para todos se apropriarem do conhecimento, com o objetivo de que a democracia seja real e a cidadania se torne inerente à vida cotidiana da população.

Mas um projeto de desenvolvimento comunitário baseado em TICs só pode vislumbrar o sucesso se garantir a compreensão e a capacitação da comunidade. Só tem chance de vingar a partir do envolvimento da comunidade em todas as instâncias deliberativas. Portanto, o ponto de partida para a implantação de um

Encontre essa moçada no www.sampa.org

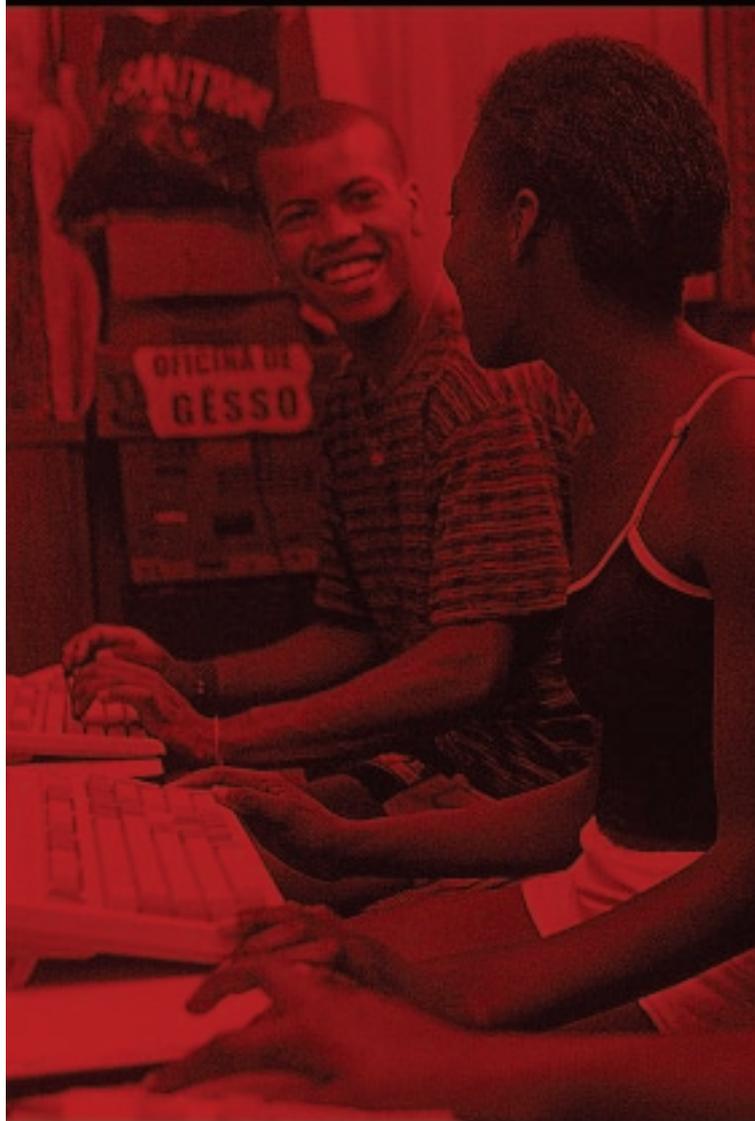
projeto de telecentro é a própria comunidade. Como projeto de aprofundamento da democracia, um telecentro só tem sentido se for realizado pela, com e para a comunidade.

Para a implantação do sampa.org, realizamos parcerias com empresas, instituições sindicais, instituições de ensino e pesquisa e, principalmente, com entidades comunitárias já estabelecidas e consolidadas na região. Por que? Porque da mesma forma que não estamos inventando a roda com os telecentros, também não estamos inventando a organização das comunidades. Elas se organizam há décadas sem o nosso auxílio e sabem muito bem como fazê-lo. Nossa tarefa é colocar a serviço da comunidade uma infra-estrutura que potencialize essa organização, acelere suas atividades e enfrente os desafios implacáveis de inserção na sociedade do conhecimento.

Apesar do sucesso, o sampa.org não chega nem perto de atender as necessidades da própria região onde está instalado. Muito longe, portanto, de atender as necessidades de toda a cidade de São Paulo. Os assustadores números da exclusão digital na cidade e no país apontam para a necessidade de milhares de telecentros comunitários, sem o que não haverá como se efetivar um processo amplo de inclusão digital. Tal objetivo só será alcançado por meio da implantação de uma política pública garantida pelo Estado, em suas várias e competentes instâncias, mas gerida e administrada pela sociedade civil.

Como garantir essa gestão pela sociedade civil? Como garantir que a comunidade seja o ponto de partida e o eixo referencial que norteia o processo de tomada de decisão? As respostas parecem estar na relação entre ações de inclusão digital e aprofundamento da participação cidadã. Certamente essas ações impulsionarão o comércio eletrônico, a indústria de informática e de telecomunicações. Isso pode e deve ocorrer. Mas a população brasileira precisa de inclusão digital para ter em mãos as rédeas de sua inserção na sociedade do conhecimento, para dar um salto de qualidade em suas relações sociais, tornando-as mais solidárias e cooperativas, muito mais do que para consumir bens e informações.

Mais que uma proposta de Inclusão Digital.



Uma proposta de Inserção Social

Meninos do CDI

Permitir acesso à informática e a internet aos socialmente desfavorecidos e com isso resgatar valores morais ameaçados de extinção. Esse ideal mobiliza milhares de pessoas solidárias, e em grande parte voluntárias, para a missão de ajudar os mais carentes a melhorarem de vida. São representantes de vários segmentos da sociedade, funcionários de governo, de grandes empresas, técnicos em informática, educadores, psicólogos e jovens das próprias comunidades atendidas pelo Comitê para a Democratização da Informática (CDI), que emprestam seu tempo e sua experiência à implantação e sustentação de Escolas de Informática e Cidadania (EICs).

Fundada em 1995 por Rodrigo Baggio, a ong tem 316 escolas instaladas no país e 30 no exterior. “A metodologia de ensino do CDI alia o ensino da informática ao exercício da cidadania”, explica Vera Maria Valente, diretora administrativa e financeira do CDI no Distrito Federal e Entorno, que contará até o final do ano com 35 unidades. “Nas EICs ensinamos a usar o Word utilizando textos que abordam direitos e deveres do cidadão, valores morais importantes para a formação de nosso caráter e cuidados com a saúde”, diz Vera Maria.

Entre os milhares de alunos formados em cada canto do Brasil, alguns se destacam como exemplos de perseverança. É o caso de Regiane, Guido e Carla. Os três estudam na Escola Municipal Felipe de Lyon, na área rural do município de Planaltina de Goiás, onde funciona há dois anos uma Escola de Informática e Cidadania. Envolveram-se tanto com o curso que acabaram se tornando instrutores da escola. Segundo eles, a chance de aprender a operar um computador é uma oportunidade imperdível.

Regiane, 16 anos, soube da EIC, como os outros, através da escola em que estuda. “Tive logo o apoio de minha mãe, que trabalha na chácara, para me inscrever. Hoje em dia está difícil arrumar um bom emprego e quem não sabe informática é mais prejudicado ainda”, acentua. Por seu trabalho na EIC, Regiane recebe uma pequena ajuda de custo como incentivo a seu esforço. “Estou aqui há dois anos, sendo seis meses como instrutora e coordenadora, e pretendo ficar até acabar o ano que estou cursando, o primeiro do ensino médio”.

Tão seguro de si quanto Regiane, Guido é um pequeno gênio. Aos 13 anos de idade, ele descobriu uma verdadeira aptidão para a informática, tornando-se instrutor da EIC onde estudou. Caso raro, ele tem computador em casa: “conheço e navego na rede mundial e sei de sua importância, porque permite achar todo o tipo de informação que precisamos, ajudando não só na escola, como na vida profissional futura”.

Carla, de 15 anos, concorda e acrescenta que a informática é essencial para quase todas as profissões. “A internet, por exemplo, é uma grande fonte de pesquisa, facilitando o conhecimento de muitos assuntos e pode ajudar qualquer um a arrumar um emprego melhor e com mais chance de crescimento”. Para reforçar sua opinião, ela cita uma frase que aprendeu nos livros de estudo: “Quem não souber informática até 2006 será considerado analfabeto”.



Moradia e Cidadania

Educação como condição básica para o exercício da cidadania. Com esta visão, a ong Moradia e Cidadania, dos empregados da Caixa, implantou o Programa Educação Digital em todo país, voltado para jovens e adultos de baixa renda. Dois mil quinhentos alunos já foram certificados em cursos básicos de informática e os bons resultados do programa podem ser medidos pela lista de espera por uma vaga: 6.214 pessoas esperam por novas turmas. Atualmente, mais de dois mil alunos freqüentam regularmente os cursos.

A ong não está sozinha no projeto. Empresas e outras entidades sem fins lucrativos participam da iniciativa doando computadores ou cedendo espaço para novas salas de aula. Em diversos locais a parceria acontece diretamente com escolas públicas, que cedem salas em horários ociosos, para complementar a educação regular de seus alunos. Para viabilizar o Programa, também tem sido fundamental a adesão de voluntários para ministrar as aulas. Em alguns casos, os próprios funcionários da Caixa atuam como instrutores.

Para 2002, o Programa Educação Digital pretende treinar dez mil alunos em todo o país. Fundada em setembro do ano passado, a ong destinou um total de 941 mil reais para a realização de ações estruturais proporcionando benefício direto a quase 350 mil pessoas. Entre essas iniciativas, destacam-se aquelas de estímulo à educação e à profissionalização que juntas atenderam 186 mil cidadãos. Com a implementação de projetos voltados à moradia para população de baixíssima renda, educação digital e micro-crédito, a ong garantiu a 45 famílias a realização do sonho da casa própria.

Já as ações emergenciais de distribuição de doações beneficiaram 695 mil pessoas. Foram distribuídas, por exemplo, mais de mil toneladas de alimentos, 45 mil unidades de remédios, 20 mil produtos escolares e 190 mil agasalhos. Por fim, buscou-se incentivar os empregados da Caixa a participar de campanhas desenvolvidas pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep), como Natal sem Fome e Dia Mundial da Alimentação.

A Moradia e Cidadania teve origem no Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa formado em 1993, responsável por iniciativas como oferta de cursos de datilografia, corte e costura e alfabetização de jovens e adultos em comunidades carentes. Com a constatação de que o caráter de personalidade jurídica ajudaria a levar os projetos adiante, o que permitiria a ampliação das suas atividades, o movimento acabou se transformando em uma ong de abrangência nacional e representação em todos os estados. A organização tem como fontes de recursos as contribuições de seus associados, doações e outras receitas de atividades sociais, além de várias parcerias com instituições públicas e privadas. Em agosto deste ano, a ong recebeu o Título de Utilidade Pública Federal, o que a torna apta a receber doações de qualquer natureza, especialmente de órgãos públicos.



Divulgação





José Tude
Prefeito de Camaçari, Bahia

Bahia de todos os bits

Fundada em 1758, Camaçari está entre os municípios mais informatizados do país. Isso vem permitindo à sua administração aumentar de forma significativa a arrecadação. Nos últimos quatro anos, registrou um crescimento de 100%. O resultado da informatização é sentido em toda a cidade, com a sensível melhoria do sistema de atendimento médico e de urbanização, tornando a prefeitura mais ágil e mais preparada para atender as demandas sociais. Município que abriga o Pólo Petroquímico da Região Nordeste, Camaçari também é a sede do Complexo Ford. A fábrica da montadora, inaugurada em outubro, pretende gerar mais de 50 mil novos empregos diretos e indiretos, além de atrair novos investimentos para a região.

José Tude, prefeito da cidade - que hoje tem cerca de 150 mil habitantes -, diz que “o processo de informatização da prefeitura é fundamental porque, além de permitir o atendimento rápido e eficaz da população, traz mais transparência ao gerenciamento do dinheiro público”. Esse processo começou em 1998, ainda em sua primeira gestão; hoje a prefeitura possui um computador para cada quatro servidores. O estágio de informatização em que se encontra a prefeitura de Camaçari chamou a atenção dos participantes do Conip, Congresso de Informática Pública, realizado em julho deste ano, em São Paulo. Postos de saúde, prefeitura avançada, secretarias e bibliotecas formam uma rede de mais de 500 computadores.

“Essa estrutura não está apenas preparada para fazer a máquina administrativa funcionar,” explica o secretário de administração Alfredo Seixas. “Através da Central de Atendimento Municipal conseguimos agilizar o atendimento ao cidadão, retirando-o das filas das repartições”. Um dos progressos notáveis no atendimento dado pela prefeitura diz respeito à saúde. Desde o final de 1999, a secretaria municipal vem marcando consultas e autorizando exames laboratoriais através de sistema informatizado.

Em menos de dois anos já foram autorizados mais de 92 mil exames, enquanto o volume de consultas marcadas superou os 153 mil. A qualificação profissional da população, especialmente a mais jovem, é outra das importantes frentes de ação da administração. O novo parque automobilístico da Ford representa a possibilidade de inserção profissional para milhares de habitantes da cidade. Desde 1999, quando foram iniciados, os cursos de informática permitiram a formação de mais de 11 mil pessoas. A prefeitura de Camaçari também criou sua rede intranet, um canal ágil de comunicação para os funcionários. O gerente de informática da prefeitura, Maurício Santos Costa, explica que a internet completa essa importante rede, “através do site www.camacari.com.br, que nos permite acesso à história da cidade, a como funciona sua máquina administrativa, seus projetos e a informações sobre turismo e lazer no município que possui 42 quilômetros de praias”.

Em breve, a prefeitura vai disponibilizar na rede serviços como a emissão de tributos, o cadastro imobiliário e a solicitação de licenciamento. Nesse programa de modernização administrativa, está prevista a implantação dos TIPS - Terminais de Internet Pública. O primeiro totem está funcionando em fase experimental. A idéia é dar acesso a todos os cidadãos, gratuitamente. A eficácia do programa passa pela capacitação de todos os servidores. Cursos e a construção de uma nova mentalidade vêm transformando o servidor de Camaçari em agente eficiente e consciente de sua missão. Desde 1999, quando começou a funcionar o Laboratório de Informática, mais de mil servidores obtiveram certificados em cursos básicos de internet e aplicativos. Gerente de treinamento da Secretaria de Administração, Marizete Allario prevê que mais 300 servidores serão reciclados ainda este ano. “Queremos ser referência em termos de administração pública municipal e a informática é nossa arma mais poderosa”, diz Marizete.



"Linux é realmente um sonho!"

ENTENDA POR QUE LINUX TEM MAIS FÃS DO QUE UM ÍDOLO DE ROCK.

Quando Linus Torvalds criou o sistema operacional Linux®, ele virou de cabeça para baixo o mundo de software utilizando o conceito de Padrões Abertos. O resultado? Um software magnífico onde qualquer um pode compartilhar, aperfeiçoar e modificar os códigos, uma vez que eles estão abertos e disponíveis a todos.

Para o mundo dos negócios, isso significa que novas infra-estruturas de e-business podem ser rapidamente adaptadas a tarefas específicas. Significa, também, que as empresas não terão mais que adequar seus processos ao único software disponível. Por essas e por outras, a comunidade Linux tem na IBM um poderoso aliado. Através do empenho de vários especialistas e do apoio ativo a toda plataforma

Linux, a IBM está comprometida em ajudá-la a crescer. E está conseguindo. Provas? A IBM criou uma plataforma com base no Linux para permitir que o weather.com, um dos 30 top websites, servisse a mais de 72.000 lugares no mundo com dados sobre o tempo. Quando existe a ameaça de mau tempo, o tráfego do weather.com pode pular de 5 milhões de itens transmitidos para 30 milhões em poucos dias. O weather.com encontrou na IBM e na Linux uma solução altamente escalável, confiável e acessível. E isso é só o começo. Não vire o mundo de cabeça para baixo procurando a melhor solução em e-business. Faça uma parceria com a IBM para obter um e-business com resultados. Acesse agora ibm.com/e-business/br



infra-estrutura @business



Fotografias de Almir Bondilatti

Info-inclusão no Pelourinho

Construído no ano de 1872 no Pelourinho, o Liceu de Artes e Ofícios abriga o Núcleo de Informática e Cidadania, um bem sucedido projeto de informatização voltado para a educação cidadã e a inclusão social

Trata-se do projeto Núcleo de Informática e Cidadania (NIC), criado em 1998 e sediado no Liceu de Artes e Ofícios, no Pelourinho, em Salvador. Uma construção antiga e de beleza atemporal, que inspira paz e conhecimento e que não foge à realidade arquitetônica baiana, sagrando-se como o lugar perfeito para os ideais coletivos e sociais daquela região e como marco inicial de uma nova história. A instituição que abriga esse projeto tem como missão “Educar Jovens para a Vida através das Artes e Ofícios”. O Núcleo de Informática e Cidadania ampliou essa missão e trabalha com um público de qualquer idade de perfil similar: são pessoas de baixa renda, para quem a informática representa o ingresso em um mundo novo.

Com um parque de equipamentos “do tempo dos dinossauros” e um convênio com o CDI (Comitê para Democratização da Informática), que oficializa os programas, iniciou-se há três anos o atendimento ao público interno - composto por adolescentes de baixa renda que estudam no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia - e ao público externo em geral, através de workshops de introdução à informática e de cursos de auxiliar de suporte ao usuário.

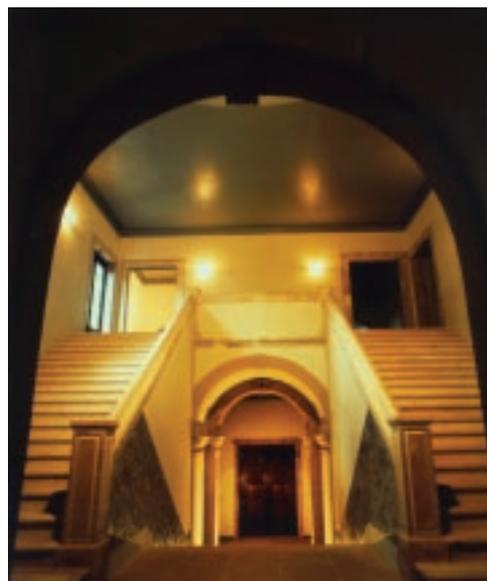
Com três meses de duração e assistência mais direta aos participantes, esse curso capacita adolescentes de 15 a 18 anos (alunos da rede pública de educação formal) a auxiliar outros usuários da informática, tanto no uso de software quanto na instalação e configuração de hardware. “Nada é cobrado do público interno; do público ex-

terno cobra-se uma taxa simbólica de R\$ 10,00 reais por todo o curso”, diz Rita Conceição, coordenadora do Liceu. No NIC, ensina-se Word às prostitutas através de textos que falam sobre doenças sexualmente transmissíveis, assim como todo o conteúdo do curso para deficientes auditivos está atrelado à internet, um novo e grande espaço para estes excluídos sociais.

Mas não é só em capacitação formal que atua esse núcleo; existem outros projetos como o Rede Jovem [www.redepelo.hpg.ig.br], atualmente com 450 usuários fixos. Desenvolvido em parceria com a Comunidade Solidária e a Sociedade da Informação, o Rede Jovem visa basicamente a inclusão social e a formação de indivíduos com capacidade efetiva de aprimorar a cidadania.

Esse projeto funciona com nove máquinas de acesso à internet, disponibilizadas para que o usuário possa fazer o que quiser: acessar a internet para uma pesquisa escolar, capacitar-se através de programas multimídia, jogar, ouvir música, conversar em chats - enfim, obter informação e formação. O espaço dispõe de monitoria constante e é de uso gratuito.

A equipe de profissionais que trabalha no NIC é composta de dezenove pessoas, oito delas voluntárias. Rita Conceição afirma enfim que “a formação dessas pessoas é a mais diversa possível, indo da matemática ao teatro, passando pela dança, publicidade e comunicação, sociologia e teologia. Mas todos com o mesmo ideal de trabalhar por uma sociedade de mais igualitária”.





Alexandre Santana

Diretor do Departamento de Serviços de Rede
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



Transmissão de dados por atacado

Parte integrante do Programa do Governo Eletrônico brasileiro, que completou recentemente seu primeiro ano de atividades, a Rede Br@sil.Gov trará modernidade para a administração pública

Integrar todas as redes de internet e intranet existentes na administração pública federal até dezembro deste ano, licitando em conjunto os serviços de transmissão de voz, dados e imagens. Estes são os principais objetivos da Rede de Multisserviços do Governo Federal, a Rede Br@sil.Gov. “Estamos criando uma grande rede corporativa. Vamos obter com isso uma significativa redução dos custos de telefonia, a potencialização das funcionalidades dos sistemas e poderemos implantar padrões únicos”, destaca o diretor do Departamento de Serviços de Rede da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Alexandre Santana. Esse trabalho vem sendo desenvolvido pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, criado em outubro de 2000 e formado pelos secretários-executivos dos ministérios.

O edital da primeira licitação a ser realizada foi lançado recentemente, solidificando uma nova política de contratação em bloco dos serviços de telecomunicações, através do sistema de Registro de Preço, pelo qual vence o menor valor. O preço ainda permanece como valor de referência por seis meses, para futuras contratações pelas instituições participantes da rede. Inicialmente, essa rede será formada pelo Serpro, Dataprev, Datasus, Ibge, Embrapa, Inmet, Ana (Agência Nacional de Águas) e pelos Ministérios do Trabalho, dos Transportes, do Planejamento, da Educação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Esses órgãos representam 80% da demanda de telecomunicações do governo federal. “Agregaremos no futuro todas as redes governamentais conectadas ao backbone e-gov, mas neste edital já serão abrangidos 4.600 pontos de acesso”. Participaram das discussões sobre a licitação quase todas as operadoras de telefonia no país: AT&T, Brasil Telecom, CTBC, DÍveo, Embratel, GVT, Intelig, Telefônica, Telemar e Vésper. Cada lote ou região, alvo da licitação, deverá ter de cinco a seis empresas interessadas em oferecer seus serviços. “Esperamos reduzir os custos relativos aos gastos isolados de cada órgão participante do edital em até 50%. Esses gastos chegam a R\$ 700 milhões por ano”. Entre outros benefícios, Santana explica que a economia obtida possibilitará o atendimento a municípios e localidades que ainda não têm acesso à internet. A Rede permitirá ao governo uma maior capacidade para digitalizar formulários e procedimentos públicos e modernizar cada vez mais a administração federal.

Segundo Alexandre Santana, a uniformização dos ambientes operacionais foi tarefa árdua, pois havia características conflitantes, incluindo a forma como trabalhavam técnicos e programadores. Outra preocupação fundamental foi manter a autonomia dos órgãos. “Mesmo integrando e participando da gestão dessa grande rede, cada instituição pública tem características próprias que tivemos de respeitar e traduzir em todo o sistema”, conclui.

A inclusão digital é uma das questões que começa a fazer parte de toda administração pública que busque antenar-se com a modernidade e suprir a demanda da população, cada vez maior, em participar da Sociedade da Informação. O Governo do Rio Grande do Sul partiu na frente e hoje possui um leque de experiências na área, projetos que já estão produzindo resultados animadores. Há dois anos o governo gaúcho iniciou programas como o Via Prefeitura, o Via Empresa e o Via Pública, implantados com recursos do próprio Tesouro, para dar acesso à internet para prefeituras, empresas e cidadãos carentes. Os telecentros têm apenas um ano de atividade, sendo fruto de uma parceria do governo estadual com a iniciativa privada, e permitindo às comunidades terem a seu dispor modernos centros de computação. Mas os dois projetos de maior impacto do Governo do Estado são a Rede Escolar Livre e o Programa de Software Livre. A Rede Escolar, que funciona também há um ano, informatizará cerca de 2.200 escolas até 2002. Atualmente, 40 unidades já estão aparelhadas. O Software Livre incentiva o uso e produção de softwares abertos que barateiam a instalação de programas e permitem o desenvolvimento de tecnologia própria. O Programa é fruto da parceria da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) com universidades e mais de 40 instituições públicas e privadas, como o Banrisul, Sindicato das Empresas de Informática do RS, Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempra) e a Softsul.

Governo Gaúcho aposta no software livre

O uso de softwares abertos é uma tendência mundial com aproximadamente 35 milhões de usuários no planeta. É sinônimo de troca de conhecimento e liberdade de expressão. No Brasil a realidade é a mesma. “Fizemos do estado do Rio Grande do Sul uma referência nacional e internacional na utilização e no desenvolvimento do software livre”. A frase é de Marcelo D’Élia Branco, vice-presidente da Procergs, Companhia de Processamento de Dados do estado, com quem a Revista da Sociedade Digital conversou em novembro.



Quais os projetos de inclusão digital do governo?

O governo do Rio Grande do Sul combate a exclusão digital com uma visão integrada das políticas públicas voltadas à inclusão social. Nossas ações são articuladas com as secretarias de Educação, Trabalho e Assistência Social, Saúde, Cultura, Justiça e Segurança Pública. É com esta visão que trabalhamos a Rede Escolar Livre, o Programa Software Livre, o Via Empresa, o Via Prefeitura, o Via Pública e os Telecentros.

Qual o objetivo da Rede Escolar Livre do estado?

Fruto da ação da Secretaria de Educação do Estado e da Procergs, o projeto pretende, até o final de 2002 informatizar duas mil e duzentas das três mil e cem escolas da rede estadual. Nosso objetivo não é apenas garantir à comunidade escolar acesso à internet, mas permitir que alunos, professores, pais e funcionários utilizem ferramentas de tecnologia da informação para interação e aprendizado. Garantimos um conjunto de serviços que permitirão a utilização da informática educativa como mais um instrumento pedagógico. Não queremos simplesmente alfabetizá-los em aplicativos Windows. Os alunos vão ter a possibilidade de desenvolver e hospedar suas páginas web na própria escola, além de contar com e-mails gratuitos. Cada unidade escolar funcionará como um mini-provedor local, que contará também com jogos educativos e pedagógicos baseados em software livre. A Rede Escolar Livre dará cobertura a cerca de 90% de toda a rede estadual. Serão 20 mil computadores interligados em rede.

Qual será o software gerenciador?

Tudo foi montado a partir da customização de vários softwares livres existentes, como o Linux, que permitem montar uma solução em um único servidor, contendo todos os sistemas de segurança, ambiente de desenvolvimento web, servidor de e-mail, web server, roteamento, servidor de jogos etc. Também teremos servidores para ensino a distância nos Núcleos de Tecnologia da Educação. A Rede Escolar não será totalmente homogênea; permitirá o uso do Windows nas máquinas mais antigas, em que já foram instalados, enquanto nas novas implantará o GNU/Linux e um conjunto de aplicativos livres. Isto diminuirá pela metade

os custos com a informatização das instituições de ensino e permitirá a flexibilidade para adaptá-los às necessidades pedagógicas da nossa Secretaria de Educação.

E o Programa de Software Livre?

É um dos maiores instrumentos contra a exclusão digital aqui no estado. Vai permitir controlar totalmente a nossa evolução tecnológica, reduzindo custos e aproveitando o conhecimento internacional e local, para encontrarmos as soluções adequadas para cada projeto. Por isso, nós o adotamos na Rede Escolar Livre e em todos os projetos do governo. O uso desses softwares abertos é uma tendência mundial, com aproximadamente 35 milhões de usuários no planeta. Quando optamos por ele, sabíamos que não estávamos ilhados; ao contrário, estávamos estabelecendo conexão com o que havia de mais atual. A comunidade de seus usuários é formada por milhares de desenvolvedores de programas que compartilham seu conhecimento e colocam seus produtos à disposição de todos. Amplia-se, dessa forma, a possibilidade das universidades realizarem pesquisas e de empresas locais de informática desenvolverem novas soluções, customizando os programas livres para que sejam adequados à realidade local. O software livre é sinônimo de troca de conhecimento, liberdade de expressão. Outra vantagem é que ele possibilita queimar etapas de nosso desenvolvimento tecnológico e alcançar os países do primeiro mundo.

Quais as customizações que vocês já realizaram?

Um exemplo é o nosso software de agenda, correio e catálogo, o Direto, totalmente produzido na Procergs e que é equivalente ao Lotus Notes da IBM ou o Exchange da Microsoft. Ele é um software livre. Além de ser utilizado pelo governo do estado, é operado também pelo Comando Militar Sul do Exército Brasileiro e por várias empresas que podem baixar cópias pela internet [www.direto.org.br]. A Aeronáutica e a Marinha já estudam a possibilidade de utilizar também este aplicativo. E a razão de seu sucesso não se restringe somente ao custo, mas também à questão de segurança, visto que o seu código-fonte é disponível para ser consultado. Isto não ocorre em um software fechado, no qual não se enxerga o código de programação.

Como está o mercado brasileiro?

Atualmente, um grande mercado se abre para o software livre no Brasil. Uma vez que ele não é um programa totalmente acabado, as empresas vão ter de customizá-lo. O aumento da demanda de implantação e suporte também oferece oportunidades de negócios. Temos duas empresas que são exemplos de empreendimentos bem-sucedidos voltados ao software livre. Uma é a Conectiva, reconhecida não só no Brasil, mas também na América Latina, Europa e EUA. A outra é a Cyclades, uma empresa de conectividade que fabrica roteadores baseados em GNU/Linux, operando na Califórnia. No site www.softwarelivre.rs.gov.br estão listadas centenas de empresas que trabalham com software livre.

Essas empresas têm margens de lucro maiores?

Certamente. Já que não existe o custo das licenças de uso de software, que representa a metade do preço de um software fechado, a margem de lucro é maior para o vendedor da solução e o custo final do produto é menor para o consumidor. Todos ganham. Acredito que nossa experiência é referência para que outras administrações públicas adotem o software livre. Percebemos que ele já tem boa aceitação no governo federal. Entretanto, isso tem que ser materializado através de programas que usem esse tipo de software, pois todos sabem que ele é mais seguro, podendo até ser utilizado nas urnas eletrônicas. Hoje, 65% dos provedores de internet no mundo adotam esse tipo de software. Os críticos dizem que a maioria dos brasileiros conhece somente o Windows. De que maioria estamos falando, já que apenas 6% dos brasileiros têm acesso a computador? Na verdade, a maioria da população não conhece nem o Windows nem o Linux.

Como está estruturado o Via Empresa?

Executado pela Procergs, a Secretaria do Desenvolvimento e a dos Assuntos Internacionais do Estado, tem por objetivo inserir as empresas gaúchas na economia digital mundial. O projeto é principalmente dirigido às micro, pequenas e médias empresas. Mais de 500 empresas já aderiram ao programa e contam com diversos serviços pela rede, disputando mercado com empreendimentos do primeiro mundo.

O princípio do Via Prefeitura é o mesmo?

Sim, surgiu da parceria da Procergs com a Secretaria de Estado do Interior e seu alvo são as prefeituras. Através de alguns serviços, como o Site Expresso, as administrações municipais podem publicar sua página na web, sem que seja necessário grande conhecimento técnico. Queremos interligar nossos municípios através da rede e oferecer uma série de serviços opcionais agregados que possam garantir um melhor funcionamento da máquina administrativa.

E o Via Pública?

Ele funciona nessa mesma linha de ação, só que voltado às pessoas que não têm possibilidade de acesso à rede mundial. Está direcionado para os excluídos digitais e sociais. Pessoas que não têm computador ou não podem pagar os altos custos de telecomunicações para acessar a rede. Já iniciamos a implantação, começando por seis bibliotecas do nosso estado, com pontos onde as pessoas acessam gratuitamente a internet.

Qual é a proposta dos telecentros?

Fruto da parceria da Procergs e da Secretaria da Ciência e Tecnologia, o projeto pretende implantar 35 desses centros comunitários no estado, até o final de 2002. Eles se diferenciam do Via Pública porque, além de proporcionar o acesso à internet, permitem que a sua administração seja feita pelas próprias comunidades locais. Disponibilizamos equipamentos conectados à rede mundial e também um conjunto de serviços voltados às peculiaridades locais. É a oportunidade de cada comunidade construir o seu próprio conteúdo, os seus próprios valores, o que consideramos fundamental. Nós não podemos ser vistos apenas como consumidores de conteúdos e serviços gerados no primeiro mundo. Então os telecentros representam núcleos de geração de informações consideradas importantes para as próprias comunidades. A inclusão digital só se tornará uma realidade quando todos puderem ter vez e voz na internet. Dar apenas o instrumento também não adianta; é preciso capacitar o ser humano e permitir que ele tenha condições econômicas de aproveitá-lo.





Representações

Captação de Negócios

*Treinamento &
Qualificação*

Eventos

Webusiness

Consulting





Marcus Pestana

Chefe de Gabinete do Ministério das Comunicações

Um computador pessoal que custará entre US\$ 300 a US\$ 400, funcionando com software gratuito e permitindo levar a internet para escolas públicas, unidades de saúde, microempresas, pontos públicos de acesso e camadas com menor poder aquisitivo. É o projeto do Computador Popular, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio do Ministério das Comunicações, inicialmente voltado para atender a demanda gerada pelos programas do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) e de instalação de Pontos Eletrônicos de Presença (PEPs).

Segundo Marcus Pestana, chefe de gabinete do Ministério das Comunicações, a idéia de um computador popular partiu do próprio ministro Pimenta da Veiga, em conversa com o professor da UFMG e presidente do Conselho Gestor da Internet no Brasil, Ivan de Moura Campos. “O Ministério das Comunicações assumiu parte da coordenação do projeto, mas o trabalho envolve vários ministérios, como o de Ciência e Tecnologia e o de Desenvolvimento, e outros órgãos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil”, explica.

O objetivo do governo é criar um ambiente propício, com disponibilidade de crédito e redução de carga tributária, para que a iniciativa privada produza um computador de baixo custo, capaz de possibilitar acesso à internet. Também serão oferecidas linhas de crédito para a população. O computador popular poderá ser adquirido em até 24 vezes, em prestações compatíveis com a renda mensal das camadas C e D, público prioritário do projeto. “Estamos falando de um mercado potencial, estimado em 27 milhões de famílias candidatas a adquirir um computador mais barato”.

A idéia inicial era projetar uma máquina de configuração simples, sem disco rígido, drivers de CD ou disquete, e operando com o sistema gratuito Linux, para que fosse possível barateá-la. No início, era destinada a ser um simples terminal de acesso à internet.

Atualmente, o projeto cresceu e há perspectivas da montagem de versões mais completas que possam suprir a demanda por PCs pessoais das camadas com menor poder aquisitivo. “Difícilmente conseguiremos atingir a classe E. Mas a população carente poderá usar esses equipamentos nos Pontos Eletrônicos de Presença (PEPs) que serão instalados em locais como quiosques comunitários e prédios da administração pública”.

De acordo com o coordenador do projeto na UFMG, professor Sérgio Vale Aguiar Campos, o Computador Popular foi desenvolvido pelos pesquisadores com componentes disponíveis no mercado e seu projeto se tornará público para que qualquer empresa possa fabricá-lo. “O modelo que projetamos é ideal para escolas e outros lugares onde muitos computadores serão usados em rede, criando um ambiente virtual comunitário”, afirma. Pestana acredita que haverá forte adesão da indústria nacional e das multinacionais ao projeto. “Conseguimos o apoio da indústria em duas reuniões que tivemos na Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)”.

O projeto é tão inovador que foi objeto de reportagens entusiasmadas nos EUA, onde foi batizado de “PC for the people”. Também mereceu elogios no último Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas. Com isso, países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - já estão interessados em importar o equipamento.

Pestana acredita que a popularização do acesso à informática e à internet só produzirá efeitos sociais e educacionais concretos se houver a participação de toda a sociedade nesse desafio. “Estamos disponibilizando poderosos instrumentos de inclusão digital para a sociedade, mas a capacitação dos indivíduos que desconhecem esses novos recursos dependerá de um esforço conjunto dos poderes estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e empresas privadas”.

O PC popular

Pioneirismo e sucesso internacional

Linux ou Windows?

Uma das grandes discussões que tem envolvido o projeto do Computador Popular é a escolha da plataforma. O governo defende o uso do Windows argumentando que a maioria dos secretários estaduais de educação consultados prefere o sistema da Microsoft. O professor Sérgio Vale Aguiar Campos discorda dessa avaliação: “um levantamento recente feito em sites brasileiros mostra que 65% dos sites governamentais utilizam o sistema da Microsoft, mas em sites de entretenimento essa porcentagem diminui para 50%, e para 30% nos sites de instituições de ensino”.

Segundo ele, o Linux já ocupa um espaço importante por ser mais fácil de usar: “sua desvantagem é a de ter menos recursos disponíveis”. O ideal para Sérgio Aguiar é utilizar os dois sistemas, dependendo do destino de cada máquina. Para facilitar a manutenção dos equipamentos, o professor da UFMG lembra que a equipe que desenvolveu o equipamento procurou tornar o computador o mais “limpo” possível, pois os dados não estão armazenados nele, e sim em um servidor. “A manutenção não será nos terminais, mas apenas no servidor. O computador popular será como uma televisão: é só ligar e utilizar. Se der defeito, é só trocar”, explica o professor.

Para o pesquisador da UFMG, é preciso vencer o mito que ainda cerca a informática. “Um computador é apenas mais uma das máquinas eletrônicas que operamos em casa. Tornam a operação do computador algo muito especializado, mas temos que trabalhar o conceito de que é algo simples: basta apertar as teclas certas e entender o que ele realiza para operá-lo”.



Iconografia Digital por Ricardo Wagner



Carlos Ximenes

Gerente de Assuntos Corporativos da Microsoft e coordenador dos programas de responsabilidade social da empresa

Windows x Linux: uma questão que só o tempo vai definir

Que vantagens o Windows oferece aos usuários?

O Windows é um produto focado na experiência do usuário. A Microsoft investe US\$ 5 bilhões e 300 milhões por ano em pesquisa e desenvolvimento. Só assim consegue trazer para o mercado tecnologias inovadoras que permitem o aumento de produtividade do usuário e, ao mesmo tempo, uma grande redução de custos de operação e gerenciamento. Como exemplo de usuário, o meio estudantil tem duas características que o tornam especial: a qualificação técnica de usuários é baixa e as máquinas têm uso compartilhado. Estas duas variáveis aumentam o risco de danos na configuração das máquinas, o que demanda necessariamente um serviço de suporte.

Por exemplo...

As versões atuais do Windows e do Office que estão sendo oferecidas ao Fust oferecem recursos que nenhum concorrente possui - nem o Linux. Essas versões permitem que, caso um componente do produto seja apagado, ele seja reinstalado automaticamente. Isto é especialmente importante quando um usuário desconfigura a máquina acidentalmente. Eles também oferecem recursos que permitem inibir o acesso a determinadas atividades pelo usuário comum. Assim, somente o professor ou o coordenador poderia alterar as configurações. E com o novo Windows XP o usuário pode receber suporte remoto via internet, em tempo real.

Existe incompatibilidade entre Windows e os softwares abertos?

Pensar em incompatibilidade de plataformas hoje é suicídio. Prova disso é que a Microsoft está apoiando a adoção da linguagem XML, como espécie de língua franca da internet. O XML é um padrão da indústria, aberto e disponível para todas as plataformas. O problema não é a troca de arquivos entre plataformas, mas de aplicativos. Não há como negar que a quase totalidade dos programas educacionais disponíveis no mercado está escrita apenas para a plataforma Windows.

Houve beneficiamento da Microsoft na licitação do MEC?

Os críticos do Fust provavelmente desconhecem o processo de escolha promovido pela Anatel e pelo MEC. Aconteceu um amplo debate nacional, com seminários em diversos estados. Esse processo teve início ainda no ano passado e se encerrou com uma reunião em abril deste ano com os coordenadores educacionais do Pro-Info, de todos os estados. A escolha da plataforma se deu por voto direto após um extenso debate durante quatro dias, no qual todos os competidores tiveram oportunidade de apresentar em profundidade suas soluções. Os coordenadores dos estados escolheram a plataforma Microsoft Windows por 27 votos contra zero.

Como a Microsoft vê a expansão dos programas abertos?

A Microsoft acredita que esse modelo de desenvolvimento de software trouxe uma grande contribuição aos modelos mais tradicionais de desenvolvimento. O Windows CE, por exemplo, tem o código-fonte aberto. Para o Windows, a Microsoft publica toda a documentação necessária para outros desenvolvedores criarem produtos que rodem sobre o sistema operacional. Além disso, a Microsoft tem seu programa de Shared Source (código-fonte compartilhado), que dá a grandes clientes e universidades o acesso ao código-fonte do Windows. Em recente visita ao Brasil, o presidente da Microsoft Steve Ballmer anunciou o cadastramento de oito universidades brasileiras nesse programa. É a primeira vez que o código do Windows é colocado à disposição em um país da América Latina.

O Linux pode ameaçar o mercado da Microsoft?

Essa é uma questão que só o tempo poderá definir, antecipar o futuro não é tão fácil quanto muitos analistas se propõem a fazer; entretanto, a plataforma que mais cresce hoje no mercado, em termos absolutos, é o Windows 2000. E se a melhor forma de prever o futuro é inventá-lo, a Microsoft está investindo maciçamente em pesquisa e desenvolvimento para chegar antes.



AGÊNCIA ELETRÔNICA
comunicação e marketing para a sociedade da informação

BRASÍLIA DF

O século XXI chegou com novos desafios para os governos locais. A demanda dos munícipes por transparência nas ações das autoridades públicas e a exigência por maior participação nas decisões das administrações municipais, bem como as leis federais, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade estimulam os prefeitos a repensarem o atual modelo de gestão municipal e a usarem as tecnologias de informação, em especial, a internet, como ferramentas para a prestação de melhores serviços.

Mesmo com todo o interesse e a premente necessidade, as administrações locais enfrentam inúmeras dificuldades para implementar seu modelo de governo eletrônico: ausência de recursos humanos qualificados, limitações de recursos financeiros e tecnológicos são os principais entraves, agravados por uma estrutura administrativa rígida e burocrática no gerenciamento da coisa pública. Neste contexto, como fortalecer de maneira efetiva a cidadania fazendo uso das novas tecnologias de informação? O Projeto Refazendo a Fazenda implantado no município paranaense de Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba, é uma resposta a esse desafio.

“O modelo adotado pelo município é resultado de seis anos de estudos e sua relação custo-benefício é adequada às administrações municipais” diz Vadis Luiz da Silva, presidente da Millennium Corporation, empresa especializada na prestação de serviços de consultoria na área da gestão estratégica de organizações públicas e privadas. “Após análise dos modelos de governo eletrônico desenvolvidos em administrações locais nos estados da América do Norte e em países da Europa, estamos agindo em quatro etapas que precedem a instalação do governo eletrônico propriamente dito”, explica.

As mudanças no município de Fazenda Rio Grande tiveram início com a reestruturação das ações de curto prazo, seguido pela uniformização da comunicação governamental, pela reengenharia organizacional e pela elaboração do planejamento estratégico. “Sabemos que de nada serve o uso de hardwares de última geração ou de pacotes de softwares complexos e de tecnologias de rede de vanguarda para a construção das chamadas cidades digitais. É necessário que haja um esforço concentrado para a adoção de novos paradigmas na forma de administrar a máquina pública municipal”.

Governo interativo em Fazenda Rio Grande

A reestruturação das ações de curto prazo resultou na definição de 23 projetos estratégicos prioritários vindos dos compromissos de campanha e das ações e obras executadas atualmente pelas secretarias municipais. A definição de um plano de comunicação com a correspondente criação de ferramentas para fortalecer a interação entre as autoridades locais e a população teve por objetivo o fortalecimento da imagem institucional do município. Por sua vez, a reengenharia organizacional baseou-se em dois eixos, um, voltado ao público interno, ou seja, aos servidores municipais, o outro à sociedade civil. Foram extintos todos os cargos comissionados e as secretarias municipais. Para substituí-los foram criadas funções gerenciais e gerências municipais. O município passa a ser administrado pelo gerente municipal executivo, conhecido nos países da língua inglesa como city manager.

No modelo, o prefeito dedica-se prioritariamente às estratégias e ações políticas de seu governo. A relação governo-sociedade está sendo aprimorada com a implantação do governo interativo, institucionalização da participação popular na gestão do município. O modelo inclui mecanismos que

viabilizam a mobilização e a participação popular por meio de sensibilizadores, os monitores interativos. “O fortalecimento das associações de moradores e dos conselhos setoriais e a criação dos núcleos regionais vão dar agilidade, acessibilidade e transparência aos atos da administração”, comenta Vadis. Um dos exemplos mais efetivos da interação entre a prefeitura e os cidadãos é a elaboração do planejamento estratégico municipal participativo. A administração de Fazenda Rio Grande organizou oficinas abertas à população e a dirigentes locais. A meta é planejar o município para os próximos dez anos. Segundo o prefeito Antonio Wandscheer, “com a estruturação do governo interativo e conseqüente apoio dado às associações locais, aos núcleos regionais e aos conselhos setoriais, os cidadãos poderão acompanhar a execução de todas as ações da administração e garantir a continuidade dessas ações nas próximas gestões, independente de quem esteja no comando político do município”. O projeto piloto em desenvolvimento no município “é uma proposta concreta que permite sinergia entre governo e cidadãos e que está alicerçada no uso eficiente das novas tecnologias de informação,” conclui Vadis Luiz.

Um novo modelo de gestão municipal



uma nova dimensão para a informação

A Mens Infodesign possui as soluções adequadas para expandir os seus negócios para a internet.

Nosso trabalho integra planejamento de negócios, arquitetura de informação, tecnologia e design no desenvolvimento de projetos para mídia interativa.

Entre em contato conosco e veja a nova dimensão que a sua informação vai adquirir.

A privação digital pode ser considerada uma das formas mais perversas de exclusão social contemporânea e, como tal, precisa ser frontalmente combatida. Estamos na Era da Informação e do Conhecimento. Aqueles que não tiverem acesso e habilidade com os meios eletrônicos e digitais, que vão do trabalho ao lazer, estarão, mais e mais, alijados do pleno exercício da cidadania. Este assunto hoje é fundamental e deve ser enfrentado com coragem, seriedade e pragmatismo. Na verdade, muito se fala sobre o tema - mas as iniciativas, sempre louváveis, não passam de um chip perdido em um imenso palheiro.

Na esfera governamental, em todos os níveis, há importantes e respeitáveis ações e projetos, no sentido de se universalizar o acesso à informática e à internet. Mas, como sempre, são exceções e acabam como planos não cumpridos, deixados de lado por verbas contingenciadas, sem falar no uso político e demagógico de questões fundamentais da Nova Economia. Nesse contexto, vale lembrar um momento de memorável sinceridade do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, ainda em seu primeiro mandato, ao

Divulgação



Por Cid Torquato

Diretor Executivo da Câmara
Brasileira de Comércio Eletrônico

comentar os benefícios sociais então alcançados pelo Plano Real, admitiu que, embora muitos tivessem sido incluídos ou resgatados da indigência e miséria absolutas pela estabilidade monetária, uma parcela considerável da população (o que, em termos de Brasil, significa milhões de pessoas) provavelmente nunca seria integrada ao patamar mínimo de cidadania.

De qualquer forma, maior ou menor a demagogia, a questão da inclusão digital vem ocupando espaço considerável na agenda política nacional. Basta lembrar algumas das principais metas da multi-ministerial "Política de Governo Eletrônico para o Governo Federal", bandeira de modernidade governamental pré-crise energética, metas as quais tratam especificamente do tema, bem como da instalação, às centenas de milhares, de micros em repartições públicas e dos festejados PEPs - Pontos Eletrônicos de Presença.



A nosso ver, embora bem intencionados, esses projetos são de difícil exequibilidade pelos altos custos envolvidos em sua implantação, pela falta de qualificação para sua operação, pela necessidade de treinamento técnico de um verdadeiro exército de pessoas que devem implementar, conduzir e assistir os projetos, sem falar na problemática de oferecer assistência técnica e manutenção de qualidade nos pontos mais distantes e diversos do país.

O que fazer, então, para superar essas dificuldades? Quais seriam as alternativas para a sociedade brasileira? Certamente o Novo Milênio traz desafios para os quais somos chamados a encontrar respostas rápidas e pertinentes à realidade virtual. A universalização do acesso à tecnologia da informação é, sem dúvida, uma questão estratégica tanto para o desenvolvimento econômico do país quanto para o desenvolvimento humano da população. A informática, otimizando o uso do tempo e acelerando os ciclos de transmissão e intercâmbio de sinais, informações e conhecimento até o limite da instantaneidade, além de representar uma verdadeira e inexorável revolução de costumes e culturas, significa, para a nação, o ganho de produtividade e competitividade decisivo para inserir o país no impiedoso processo de globalização. As questões prementes, das quais não podemos mais fugir, dizem respeito a quem deve assumir essa responsabilidade e que modelo de inclusão deve ser adotado nessa tarefa de resgate institucional. A reflexão crítica em busca dessas respostas põe em cheque, inevitavelmente, o modelo de inclusão baseado no antigo assistencialismo vazio e ineficaz, típico da cultura elitista e pseudo-paternalista de nossas classes dominantes.

Não temos dúvida de que cabe ao Poder Público, aos governos, uma parcela significativa de responsabilidade nesse processo; afinal, a mão vigorosa do Estado brasileiro ainda é sentida em todos os setores produtivos da sociedade organizada. Contudo, devemos ter presente que a iniciativa privada não pode se eximir da responsabilidade de ser a principal condutora

do processo, atuando como mola propulsora das novas mudanças e plataforma de sustentação da neteconomy. O setor empresarial deve funcionar como parceiro do poder público, tomando para si a liderança, incentivando, monitorando, pautando e cobrando dos governos o desenvolvimento de iniciativas de democratização do acesso à tecnologia da informação em assuntos de competência pública, assumindo, por outro lado, a responsabilidade nas áreas de atuação e interesse privados. Isto por que serão as próprias empresas as principais beneficiadas pelo crescimento e desenvolvimento do mercado.

Sob essa ótica, a melhor alternativa para a real promoção e sustentação de uma cultura de inclusão digital, em um efetivo processo de democratização do acesso à internet, passa, necessariamente, por uma ampla inclusão empresarial. O papel dos governos deveria ser o de estimular, de forma eficaz e eficiente, os investimentos em tecnologia da informação, não apenas por meio de campanhas institucionais - mas, principalmente, com incentivos reais, tributários inclusive, para que as empresas, em particular as micro, pequenas e médias, tenham condições de investir na modernização de seus próprios negócios.

A Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico está finalizando um importante estudo analítico sobre a cadeia tributária que incide sobre investimentos e a implementação de soluções de negócios por meios eletrônicos. O objetivo do trabalho é identificar, entre os vários elos impositivos dessa corrente, aqueles que permitam a concessão de incentivos como estímulo ao desenvolvimento da economia. De posse desses dados, junto com as principais entidades, instituições e associações do país, a Camara-e.net dará início a uma ampla Campanha Nacional para a Inclusão Empresarial, com o fim de informar, sensibilizar e engajar os governos a colaborarem com os incentivos que lhes cabem, bem como conscientizar os empresários, ainda “desconectados”, de que o futuro de suas empresas passa, necessariamente, pela economia digital.

Soluções para o governo eletrônico

Foi lançada em Brasília, no mês de outubro, uma ação articulada entre três organizações, com o objetivo de difundir e desenvolver soluções originais e competitivas na área de governo eletrônico e inclusão digital: o Nação.br. A iniciativa partiu da união de entidades que atuam na área de tecnologia: a Fundação Certi (Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras), de Florianópolis, o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT) e o Centro de Tecnologia de Software (Tecsoft). “A proposta é que o projeto possa ser referência nacional na divulgação de ações que deram certo e inovações que necessitam ser discutidas e testadas, otimizando processos, recursos humanos, financeiros e infra-estrutura tecnológica na criação de soluções para os programas de governo eletrônico”, defende o diretor do Tecsoft, Djalma Petit. Segundo ele, isso será possível através da cooperação entre os setores público, empresarial, acadêmico e de organizações não-governamentais.

O relacionamento do Nação.br com as várias instâncias de governo, entidades e empresas se consolidará através de parcerias que permitam identificar demandas, fornecer informações e participar do desenvolvimento das soluções propostas. Essas entidades e empresas estarão ligadas ao projeto em três grupos: governos, parceiros de conhecimento e parceiros corporativos. Os governos patrocinarão projetos e ações de seu interesse, disponibilizando recursos financeiros por meio de convênios para a elaboração de estudos e pesquisas técnico-científicas, desenvolvimento de tecnologia e conhecimento e de soluções para a modernização de suas administrações. “Parceiros de conhecimento, como as universidades, as escolas técnicas e as Ongs, participarão do projeto transferindo conteúdo e informações para o desenvolvimento de soluções abertas”, explica o diretor do Nação.br. Essas entidades também poderão ser responsáveis pela captação de recursos, através de programas e fundos de investimento que interajam com as atividades desenvolvidas, na esfera nacional e internacional. “A sustentação financeira do projeto está baseada em patrocínio, contratação de serviços de consultoria e desenvolvimento, além do aluguel do espaço físico para eventos da área”, acrescenta.

Os parceiros corporativos serão empresas privadas que atuam nos segmentos de tecnologia da informação e de gestão do conhecimento. Essas empresas disponibilizarão recursos financeiros em cotas de patrocínio, para o desenvolvimento de soluções abertas, e terão a oportunidade de expor seus produtos e serviços e associar a sua marca ao Nação.br. “As pequenas empresas podem, por exemplo, participar do condomínio empresarial, que é parte do Nação.br, para desenvolver soluções de interesse dos municípios; as grandes, por sua vez, podem expor suas soluções em um ambiente com grande movimentação de prefeitos, técnicos de governo, entre outros”, finaliza Petit.



IDÉIAS RUINS NÃO MELHORAM NA INTERNET.



Fig.1: Bola quadrada



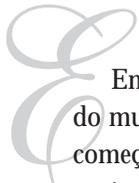
Fig.2: e-bolaquadrada.com

É fato que o e-business está transformando o mundo dos negócios. Mas de uma coisa ninguém pode se esquecer: um e-business é um negócio como qualquer outro. Por isso, os princípios fundamentais ainda se aplicam: a estratégia conta, a execução também, o crescimento não acontece por acaso e o lucro é possível, sim. Milhares de empresas estão trabalhando com a IBM para se transformarem em um e-business integrado.

Estão colocando seus principais processos de negócios on-line, conectando empregados, clientes, fornecedores e parceiros. A próxima geração está aí - com mais oportunidades, maior complexidade e necessitando como nunca da experiência, das ferramentas e da tecnologia de uma empresa como a IBM. Faça uma parceria com a IBM para obter e-business com resultados. Acesse agora ibm.com/e-business/hr



inovações @business



Embora seja hoje um dos mais avançados países do mundo em políticas de inclusão digital, a França só começou há poucos anos a implementar uma série de projetos para a inserção do país na Sociedade da Informação. O objetivo central da nova abordagem do assunto, que se tornou uma das prioridades do governo, é o de democratizar e ampliar a participação do cidadão nesse novo tipo de relacionamento social, derubando barreiras digitais e recuperando o atraso de que a sociedade francesa padecia na área da internet.

A iniciativa foi estipular prioridades no Programa de Ação Governamental para a Sociedade da Informação, lançado em fevereiro de 1998, para o qual foram alocados mais de US\$ 1 bilhão, a serem aplicados até 2002. As principais linhas de ação foram a modernização da administração pública, a instrumentalização das escolas, o impulso à Nova Economia no país e a criação de uma legislação específica.

A rede escolar francesa teve, em apenas três anos (1997-2000), um crescimento extraordinário no número de unidades conectadas à internet: as escolas secundárias pularam de 32% para 98%; as escolas primárias e de primeira parte do secundário, de 11% para 89%; e as escolas unicamente primárias, de 0,6% para 30%. A formação em multimídia, antes rara no país, agora faz parte de todos os institutos de formação de docentes; e para dinamizar a produção de conteúdo próprio na internet, foi criado - no Centro Nacional de Cinematografia - um fundo de auxílio para editores e criadores de multimídia. A instituição também incentiva a tradução de textos em francês para outras línguas. O Ministério da Educação, por sua vez, também participa desse esforço, estimulando a produção de conteúdos pedagógicos.

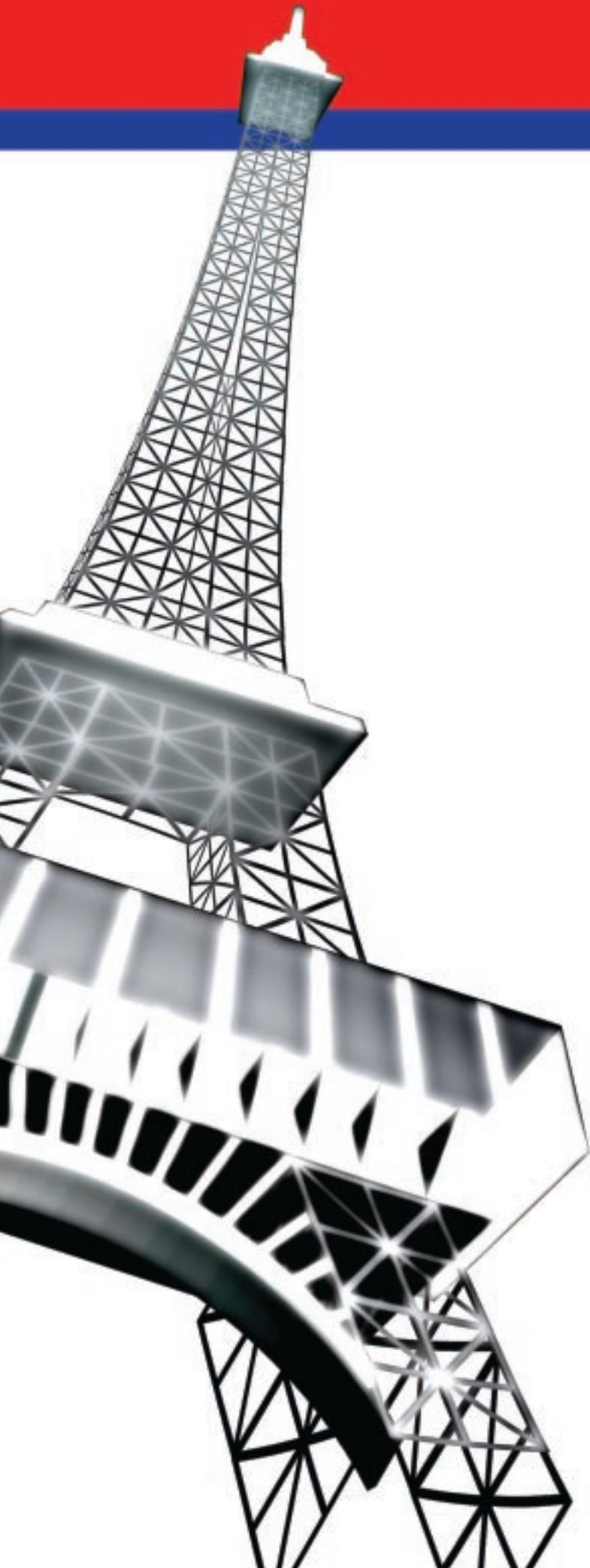
Na área de modernização do estado, a administração pública on-line, voltada para o cidadão, tem sido uma prioridade, e não apenas em termos instrumentais, mas também em sua capacidade de abrangência. Desde 1997, cerca de 3.500 sites públicos foram disponibilizados para que a população possa acessar gratuitamente todos os dados públicos essenciais. Quase todos os formulários preenchidos pelos cidadãos franceses estão hoje disponíveis na internet, restando rea-

França Digital

1/4 dos franceses na rede



Iconografia Digital por Ricardo Wagner



lizar o mesmo para as empresas. Este ano estão sendo aplicados US\$ 765 milhões na informatização do estado, que já conta com 650 mil computadores instalados, 50% acessando a internet ou intranets.

Os recursos destinados à pesquisa, como o Fundo Nacional de Ciência e o Fundo de Pesquisa Tecnológica, têm privilegiado cada vez mais os investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aumentando em 50% este ano a dotação para esta área. Também foram criadas linhas especiais de crédito para solidificar o capital de risco de empresas da Nova Economia, com um total de 260 milhões de dólares. Com isso, o número de empresas do setor cresceu de 24 unidades em 1997 para 179 em 2001; também aumentou o percentual - de 25% para 75% - das pequenas e médias empresas francesas que tinham acesso à internet. O setor de TIC absorve hoje três milhões de empregados, com um crescimento anual de 13%, contra 3,5% da economia como um todo.

Na área jurídica, uma lei de 1998 reconheceu o valor legal da assinatura eletrônica com o mesmo status da assinatura manuscrita. Com todas essas medidas, o número de internautas no país pulou de um a dois milhões em 1997 para mais de onze milhões no ano passado - ou seja, 23% da população. A participação da França no comércio on-line europeu dobrou (de 4,8 para 8,8%) e o número de páginas pessoais ultrapassou dois milhões de unidades.

Mas um desafio permanece para o governo: como incluir as camadas sociais mais carentes nesse processo? Uma importante medida prevê a instalação de sete mil pontos de acesso público até o ano de 2003, em bibliotecas, agências de correios, centros de emprego, prefeituras, associações e centros de informação aos jovens. Em quase um terço desses pontos será disponibilizado um curso para iniciação gratuita à multimídia. Outro projeto é a implantação da rede de transmissão de dados em alta velocidade, em todo o território nacional, com investimentos de US\$ 205 milhões, nos próximos cinco anos, e de US\$ 1,37 bilhão em empréstimos a taxas preferenciais, com 30 anos para pagamento.



Otimismo ma non troppo

As novas tecnologias e a sociedade da informação

Por Artemio Reinaldo de Souza, aluno de mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina

A Primeira Emenda da Constituição Americana traz uma força extraordinária. Seu poder é reforçado pela crença americana na salvação por meio da tecnologia. A idéia de que a tecnologia e os ideais democráticos podem combinar-se para formar um novo tipo de sociedade tem sido uma constante, desde os tempos de Benjamin Franklin e sua pipa. Vivemos um momento da história em que muitos acreditam na superação da sociedade industrial pela sociedade da informação, conceito criado, segundo o professor de comunicação social da PUC/RS Jacques Weinberg, a partir de estudos que identificaram a ascensão do setor de serviços no arquivamento e utilização da informação ou do conhecimento. Weinberg lembra que grande parcela do Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos reúne profissionais envolvidos com a informação.

Nesse novo cenário social, o professor exerce um papel fundamental. De acordo com Weinberg (1999), ele tem que estimular a vitalidade intelectual dos alunos, animá-los à reflexão, a terem momentos de iluminação interna graças aos quais sejam capazes de pensar com um grau de criatividade incomum. “As evoluções alteram as estruturas vigentes. Estamos no meio desse turbilhão, no qual valores estão sendo modificados: profissões, famílias, o ambiente de trabalho, o modo de transporte, a vida cultural e religiosa. As pessoas tornam-se demasiadamente materialistas, estão menos disponíveis para atos generosos, o que cria a sensação de que valores, antes considerados sagrados, são ignorados.

Essa crise gera ansiedade - mas, ao mesmo tempo, cria novas possibilidades. A sociedade de informação propõe reflexão, mudança de estrutura e de valores, e isso cria um sentimento de instabilidade. Muitos têm uma relação fóbica com essas modificações e as temem”. Onde ficam, nessa “sociedade da informação”, as noções de solidariedade e cidadania? Novamente Weinberg: “Nunca como agora as pessoas tiveram tantas oportunidades de se informar, de ser cidadãos e ter condições de entender o mundo para exercer seu papel político”, mas esta é uma sociedade mediada e há quem lamente o fato de termos perdido os laços de intimidade possíveis nas pequenas aldeias. “Termos uma comunicação mediada não significa que não nos encontremos em comunidade. Na verdade, ela é mais virtual que física. Permite que as pessoas tenham acesso a um mundo mais

rico, rompam as fronteiras da paróquia local, construindo um ponto de vista mais elaborado, menos suscetível a manipulações”. Essa visão otimista “ma non troppo” de Weinberg encontra eco em Howard Frederick, professor do Departamento de Política e Sociedade da Universidade da Alta Califórnia, para quem, no passado, a comunidade se limitava a um diálogo direto entre pessoas do mesmo espaço físico, diálogo que refletia preocupações mútuas e uma cultura comum.

“Durante milhares de anos, as pessoas tinham pouca necessidade de meios de comunicação porque viviam muito perto umas das outras. Um camponês medieval passava sua vida inteira num raio de 40 km de seu lugar de nascimento. Com o surgimento do fax, publicações globais e, principalmente, dos computadores, as relações pessoais não se restringem mais ao tempo e ao lugar. Somos membros de comunidades globais, sem lugar”. Nesse cenário, surge um novo ator, a sociedade civil global, que pode ser claramente percebida por intermédio dos movimentos mundiais de organismos não-governamentais e grupos de pressão que se unem para desafiar problemas de dimensão e significados diferentes, como armas nucleares, fome, destruição ambiental etc. Resolvê-los requer um esforço cooperado e as tecnologias existentes são ferramentas importantes para a obtenção de soluções universais.

No entanto, a dimensão e a influência de tais movimentos colidem com questões fundamentais: a progressiva monopolização da informação e da comunicação global pelas corporações transnacionais e a crescente disparidade entre os info-ricos e os info-pobres, estes excluídos do conhecimento.

Do outro lado da mesa dessa Las Vegas de bits, cinco a dez gigantescas corporações controlam a maior parte dos principais periódicos, revistas, livros, estações de rádio e TV, produtoras cinematográficas, redes de dados e grandes portais da internet. Enfrentar esse poder homogeneizador que se apropria vorazmente das novas tecnologias para exercer sua influência sobre a sociedade é uma tarefa árdua. Muitos pesquisadores apostam na organização social para combater o monopólio das idéias pelas mídias. Somente organizados é que os cidadãos poderão adquirir poderes para transformar os rumos da história. Talvez até a sociedade civil global deixasse de ser uma utopia.

Para maiores informações sobre os assuntos tratados nesta edição consulte:

Agência Nacional de Telecomunicações	www.anatel.gov.br
Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico	www.camara-e.net
CDI do Distrito Federal e Entorno	www.cdi-df.org.br
Comitê de Democratização da Informática nacional	www.cdi.org.br
Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS	www.procergs.com.br
Correios	www.correios.com.br
E-gov, Comitê Executivo do Governo Eletrônico	www.governoeletronico.gov.br
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	www.via-rs.com.br
Liceu de Artes e Ofícios da Bahia	www.liceu.org.br
Ministério da Ciência e Tecnologia	www.mct.gov.br
Ministério das Comunicações	www.mc.gov.br
Moradia e Cidadania	www.moradiaecidadania.org.br
Oficina para a Inclusão Digital	www.inclusaodigital.org.br
Portal de serviços e informações públicas do Governo Federal	www.redegoverno.gov.br
Prefeitura de Camaçari, Bahia	www.camacari.com.br
Programa Sociedade da Informação	www.socinfo.org.br
Programa Sociedade da Informação do Governo da França	www.internet.gouv.fr
Projeto Sampa.org	www.sampa.org
Projeto Software Livre do Governo do Rio Grande do Sul	www.softwarelivre.rs.gov.br
Rede de Informações para o Terceiro setor	www.rits.org.br
Rede Somos@Telecentros	www.tele-centros.org
Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro	www.softex.org
Universidade Federal de Minas Gerais	www.ufmg.br

PATROCÍNIO



inovações @business



APOIO

